

Arquivos Públicos Portugueses e a Mediação da Informação



MILENA CARLA LIMA DE CARVALHO



Editora Poisson



Milena Carla Lima de Carvalho

Arquivos Públicos Portugueses e a Mediação da Informação

1ª Edição

Belo Horizonte

Editora Poisson

2023

Editor Chefe: Dr. Darly Fernando Andrade

Conselho Editorial

Dr. Antônio Artur de Souza – Universidade Federal de Minas Gerais

Ms. Davilson Eduardo Andrade

Dra. Elizângela de Jesus Oliveira – Universidade Federal do Amazonas

Msc. Fabiane dos Santos

Dr. José Eduardo Ferreira Lopes – Universidade Federal de Uberlândia

Dr. Otaviano Francisco Neves – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

Dra. Suelânia Cristina Gonzaga de Figueiredo - Instituto Metropolitano de Ensino-IME

Dr. Luiz Cláudio de Lima – Universidade FUMEC

Dr. Nelson Ferreira Filho – Faculdades Kennedy

Ms. Valdney Alves de Oliveira – Universidade Federal de Uberlândia

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

C331 Carvalho, Milena Carla Lima de

Arquivos Públicos Portugueses e a Mediação da Informação
Belo Horizonte– MG: Editora Poisson, 2023

Formato: PDF

ISBN: 978-65-5866-245-7

DOI: 10.36229/978-65-5866-245-7

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

1.Ciência da informação 2.Mediação da Informação
I. Carvalho, Milena Carla Lima de II.Título

CDD 020

Sônia Márcia Soares de Moura – CRB 6/1896

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos seus respectivos autores.



O conteúdo deste livro está licenciado sob a Licença de Atribuição Creative Commons 4.0.

Com ela é permitido compartilhar o livro, devendo ser dado o devido crédito, não podendo ser utilizado para fins comerciais e nem ser alterada.

www.poisson.com.br

Sobre a Autora

Milena Carvalho é portuguesa, nascida em Angola e criada em Trás-os-Montes. Tem uma licenciatura em Estudos Europeus, Mestrado em Ciência da Informação, Doutoramento em Educação especializada em Gestão da Informação e Serviços de Informação, Pós-Graduação em Recursos Humanos e Curso de Especialização em Ciências Documentais/Ramo-Arquivo.

Leciona no ensino superior, no Instituto Politécnico do Porto (IPP), desde 2004, tendo vindo a lecionar disciplinas da área da Gestão, Recursos Humanos, Comunicação e Ciência da Informação. Atualmente é Professora Adjunta na Lic. Ciências e Tecnologias da Documentação e Informação (LCTDI), no qual é diretora. Leciona igualmente no Mestrado em Informação Empresarial (MIE) do Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto - Politécnico do Porto.

Em paralelo, tem desempenhado funções de gestão, tendo sido coordenadora da Pós-Graduação em Gestão de Bibliotecas Escolares, responsável do Gabinete de Relações Internacionais da Escola Superior de Estudos Industriais e de Gestão (ESEIG), membro do Conselho de Curso da LCTDI, membro da Comissão Científica (MIE), membro da Unidade Técnico Científica de Ciência da Informação e integrou o Conselho Técnico-Científico. É membro dos seguintes Centros de Investigação: CEOS.PP – Centro de Estudos Organizacionais e Sociais do P.Porto; Grupo de Investigación en Archivos, Bibliotecas, Información Y Documentación da Universidade de León- Espanha; CITCEM, Centro de Investigação Transdisciplinar Cultura, Espaço e Memória. Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

Tem lecionado em várias Universidades Estrangeiras no âmbito do Programa Erasmus+ entre outros. Tem participado em várias conferências nacionais e internacionais da área da Ciência da Informação, Ensino, Educação e Turismo, sendo autora de várias comunicações e artigos e revisora científica de várias conferências na área da Ciência da Informação, Comunicação, Turismo, Educação

Prefácio

Escrevo este prefácio a convite da autora, minha colega e estimada amiga, quem muito respeito e admiro. Conheci-a a primeira vez na minha adolescência, longe de imaginar que o mundo é tão pequeno ao ponto de a reencontrar umas décadas depois. Mas foi só nesse segundo reencontro que realmente nos conhecemos, como companheiras de viagem e amigas.

Escrevi este texto um pouco a medo, pois não tenho uma veia literária marcada. Foi realmente desafiante e angustiante não saber se estava à altura do desafio e de quem muito estimo.

O texto que se apresenta foi parte do resultado do seu trabalho enquanto investigadora de doutoramento, concluído em 2014, estando a sua tese disponível no repositório da Universidade de Coimbra: <https://estudogeral.uc.pt/handle/10316/25994>.

O foco central deste trabalho é a mediação informacional em arquivos no âmbito da Ciência da Informação, centrando-se nos arquivos públicos, em particular nos Arquivos Distritais (e equiparados), por considerar-se que estes detêm um papel essencial na consolidação e preservação da memória institucional nacional e igualmente na criação de um sentimento de pertença de uma comunidade e na promoção da cidadania. Recorrendo à revisão da literatura, a autora parte do conceito de desintermediação como mote para a discussão acerca da mediação e do papel dos profissionais da informação que devem, de acordo com a autora reclamar “com ambição e proatividade, um papel dinâmico e central no processo de capacitação inerente à apropriação da informação e do conhecimento.”. O trabalho apresenta igualmente uma caracterização do percurso sócio-descriptivo histórico dos arquivos e evolução das políticas arquivísticas nacionais e do seu enquadramento legislativo, clarificando concetualmente as terminologias usadas no âmbito das funções dos Arquivos Distritais.

Diferentes paradigmas são apresentados, em particular o técnico e custodial, associado a uma visão historicista e o pós-custodial, informacional e científico que encara o utilizador como o elemento central da sua atividade. Na realidade, poucos são os estudos sobre utilizadores no domínio da arquivística, e sobre a preocupação com o processo de transferência da informação para o utilizador, pois a perspetiva dialógica integradora (arquivista, arquivo e utilizador) não está a ser transportada para esta dimensão de investigação.

Nesse sentido a autora aprofunda a investigação sobre a mediação praticada pelos profissionais dos Arquivos, na perspetiva dos utilizadores, e averigua se esta mediação influi de modo determinante na experiência e no grau de satisfação/insatisfação das suas necessidades.

É, pois, inquestionável que a facilitação do acesso à informação é a função nuclear dos arquivos e por isso mesmo, também os procedimentos técnicos devem espelhar essa mesma

função. A autora distingue ainda entre mediação implícita e explícita e apresenta uma nova ideia de mediação encarada como uma relação dinâmica que se estabelece entre os profissionais da informação e os utilizadores, quer no processo de disseminação e transferência da informação, quer no processo de apropriação e (re)construção da informação.

A pesquisa é conduzida como uma relação entre os sujeitos intervenientes, portanto dialógica, com implicações nas características processuais e éticas. Efetivamente o processo de infodemocratização exige a participação ativa dos arquivos enquanto instrumentos de inclusão social uma vez que promovem a capacidade efetiva de transformação societal, sendo o direito à informação um direito civil, político e também social.

A autora conclui a sua interessante, atual e pertinente investigação salientando a missão prioritária dos Arquivos Distritais na preservação e valorização do património arquivístico de interesse histórico, assumindo estes a responsabilidade de atuar como recurso probatório e informativo da atividade administrativa, mas também como guardiões da memória coletiva e individual, visando, inclusive, democratizar e simplificar o contacto do público com documentos históricos, eliminando barreiras culturais, sociais e geográficas. É assim apresentado um excelente contributo no que à reflexão sobre a infomediação no âmbito da Ciência da informação em Portugal.

Boa leitura.

Susana Alexandra da Costas Martins

*Professora no Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto do
Politécnico do Porto.*



SUMÁRIO

Lista de siglas e acrónimos:	08
Introdução:	09
Capítulo 1: Mediação da Informação nos Arquivos	10
Capítulo 2: Arquivo Nacional e as políticas arquivísticas	21
Capítulo 3: Arquivos da Administração Pública e Evolução da Política Arquivística	34
Capítulo 4: Enquadramento legislativo, objetivos e fundos	43
Capítulo 5: Conclusão	50
Referências Bibliográficas:	52

LISTA DE SIGLAS E ACRÓNIMOS

ADs - Arquivos Distritais

ADA - Arquivo Distrital de Aveiro **ADB** - Arquivo Distrital de Braga

ADBGC - Arquivo Distrital de Bragança **ADBJA** - Arquivo Distrital de Beja

ADCTB - Arquivo Distrital de Castelo Branco **ADEVRA** - Arquivo Distrital de Évora

ADFAR - Arquivo Distrital de Faro **ADGRD** - Arquivo Distrital da Guarda **ADLRA** - Arquivo Distrital de Leiria **ADLSB** - Arquivo Distrital de Lisboa **ADPRT** - Arquivo Distrital do Porto **ADPTG** - Arquivo Distrital de Portalegre **ADSTB** - Arquivo Distrital de Setúbal **ADSTR** - Arquivo Distrital de Santarém

ADVCT - Arquivo Distrital de Viana do Castelo **ADVIS** - Arquivo Distrital de Viseu

ADVRL - Arquivo Distrital de Vila Real

AMAP - Arquivo Municipal Alfredo Pimenta (Guimarães) **AN** - Arquivo Nacional

APBAD - Associação Portuguesa de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas **AUC** - Arquivo da Universidade de Coimbra

CONARQ - O Conselho Nacional de Arquivos - é um órgão colegiado, vinculado ao Arquivo Nacional do Brasil, que tem por finalidade definir a política nacional de arquivos públicos e privados, como órgão central do Sistema Nacional de Arquivos.

CPF - Centro Português de Fotografia **DGARQ** - Direção Geral de Arquivos

DGLAB - Direção Geral de Livros, Arquivos e Bibliotecas **IAN/TT** - Instituto dos Arquivos Nacionais Torre do Tombo **IPD** - Instrumento de pesquisa Documental

IP - Instrumentos de Pesquisa

PRACE - Programa de Reestruturação da Administração Central do Estado

PREMAC - Plano de Redução e Melhoria da Administração Central do Estado **AC** - Arquivo Central

ACE - Administração Central do Estado **AN/TT** - Arquivos Nacionais/Torre do Tombo **AP** - Administração Pública

Introdução

O presente trabalho está delimitado ao âmbito dos Arquivos Públicos, nomeadamente os Arquivos Distritais e equiparados. Procede-se igualmente a uma análise e descrição do contexto nacional da evolução dos serviços de informação, procurando sublinhar e valorizar o papel determinante destes arquivos na consolidação e preservação da memória institucional nacional.

Para o desenvolvimento do estudo utilizou-se como universo o conjunto dos Arquivos Distritais que estão sob a tutela da DGLAB - Direção-Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas¹, os Arquivos Distritais de Braga da Universidade do Minho e de Coimbra da Universidade de Coimbra, o Arquivo Alfredo Pimenta em Guimarães, os arquivos das regiões autónomas, que dependem dos respetivos Governos através das Secretarias Regionais da Cultura e, no caso da Região Autónoma dos Açores, as respetivas Bibliotecas Públicas. Todos estes arquivos foram alvo de dois termos do desenvolvimento da política e programática dos Arquivos, no âmbito da aplicação do Programa de Reestruturação da Administração Central do Estado (PRACE) e do respetivo impacto nos Arquivos Distritais. No subcapítulo seguinte procede-se a um enquadramento dos ADs, apresentando uma evolução do seu contexto legislativo e respetivos objetivos e fundos, seus serviços (incluindo uma caracterização dos sites dos Arquivos Distritais) apresentando igualmente algumas particularidades de alguns ADs. Este estudo serve de igual modo para aferir se e em que medida, o utilizador está dependente da mediação que se interpõe entre as suas necessidades de acesso à informação, as respostas obtidas e serviços que lhe são prestados, tendo influências no grau de satisfação relativamente às suas pesquisas, num contexto geográfico determinado: os distritos de Portugal e as regiões autónomas, praticamente todos cobertos pelos serviços dos Arquivos Distritais Portugueses e similares.

¹ Com a publicação da Lei Orgânica da DGLAB - Direção-Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas (Dec-Lei nº 103/2012, de 16 de Maio), a DGARQ - Direção Geral de Arquivos foi extinta.

CAPÍTULO

01 Mediação da Informação nos Arquivos

No contexto de uma sociedade globalizada, em que o papel da informação e do conhecimento são nucleares, acreditamos que os profissionais da informação, como os Arquivistas, devem concentrar esforços na apropriação e desenvolvimento de aptidões e competências capazes de os posicionar enquanto recursos estratégicos da informação, e não mais como eruditos guardiães de documentos, envolvidos num dédalo de procedimentos técnicos complexos e eminentemente burocratizantes.

É certo que a intermediação dos profissionais da informação sempre foi patente nos processos info-comunicacionais, agindo na estrutura destes processos, colocando-se entre o emissor produtor da informação e o recetor consumidor da informação gerada, todavia, com a afirmação do novo paradigma tecnológico, assistimos também à cristalização de um fenómeno novo, com consequências ao nível do (re)posicionamento dos profissionais da informação no processo info- comunicacional, tendo em conta que, nomeadamente com a generalização da Internet, os utilizadores passam a poder ser simultaneamente produtores e recetores da informação.

Esta nova configuração, que alguns autores designam por desintermediação da informação, correspondendo ao desagregar das relações tradicionais de comunicação e apropriação do conhecimento², dotou os utilizadores de uma autonomia sem precedentes na busca de informação, contudo, não conduziu à universalidade nem à democraticidade no acesso à informação, quer por efeito de obstáculos tais como a infoexclusão, quer em resultado de mecanismos de controlo, regulamentação e administração institucional e ainda de comportamentos e práticas antigas de alguns profissionais.

Deste modo, temos pois que “(...)a liberdade e a capacidade de domínio de tempo e espaço promovidos pelos recursos disponibilizados pela Internet possibilitam aos usuários da informação uma idéia de falta de intermediação, uma idéia de não presença de filtros e hierarquias”³

No entanto, e pese embora as TIC tenham revolucionado por completo o relacionamento entre produtores, consumidores e intermediários da informação, a mediação humana continua a ser fundamental.

² CASADO ELIAS, Sanz [et al.] (2011) - Memoria del VIII Encuentro de la Asociación de Educadores e Investigadores de Bibliotecología, Archivología, ciencias de la Información y Documentación de Iberoamérica y el Caribe. 12, 13 y 14 de noviembre del 2008. México: UNAM, Centro Universitario de Investigaciones Bibliotecológicas.p.12.

³ CRIPPA, Giulia; CARVALHO, Larissa Akabochi de (2012) – A mediação da informação através da comunidade virtual Anobii : um estudo de caso. Encontros Bibli: revista eletrônica de biblioteconomia e Ciência da Informação [em linha]. Vol. 17, nº. 35, p.97-120. [Cons. 07 abr. 2013]. Disponível em WWW: <URL:<http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/1518-2924.2012v17n35p97/23584>>. ISSN 1518-2924.

Dito de outro modo, sendo verdade que o progressivo deslocamento estrutural do fluxo da informação do ambiente impresso para o ambiente eletrónico/virtual alterou o processo info-comunicacional de forma clara, é também essencial que os profissionais da informação questionem a mediação por si praticada, abandonando a atitude passiva e de isolamento própria de outros tempos, e reclamando, com ambição e proatividade, um papel dinâmico e central no processo de capacitação inerente à apropriação da informação e do conhecimento.

Caso contrário, ficarão, também eles, reféns dos instrumentos e dos mecanismos de controlo, regulamentação e administração institucional, enquanto meros operários responsáveis pela (re)produção do *Ministério da Verdade*, à guisa de Orwell⁴ e, portanto, dispensáveis.

A consciência desse novo papel (e desse novo estatuto) tem-se vindo a impor com grande amplitude no campo da Biblioteconomia, assistindo-se à proliferação de estudos sobre os utilizadores, isto é, estudos destinados a dotar as Bibliotecas de conhecimento sobre os seus utilizadores, por forma a realizarem eficazmente a mediação da informação demandada pelo novo paradigma.

Na América Latina, e em particular no Brasil, pesquisas e investigações recentes tais como as de Casado et al⁵, Crippa e Carvalho⁶, Sanches e Rio⁷ ou de Novelli *et al*⁸ vêm dando conta de que uma componente essencial para facilitar a mediação da informação nas Bibliotecas é o conhecimento sobre os utilizadores, os seus diferentes perfis e atitudes face ao uso e necessidades da informação, devendo as abordagens diferir de acordo com as suas principais características distintivas.

Em Portugal, deve a propósito destacar-se a circunstância de, através da DGLAB, o nosso país ser participante num estudo promovido pela Fundação Bill e Melinda Gates sobre o impacto das Tecnologias de Informação e Comunicação nos utilizadores das

⁴ Na sua obra seminal “Mil Novecentos e Oitenta e Quatro” (1949), George Orwell retrata uma sociedade dominada pelo regime totalitário e opressivo do Big Brother. Neste regime, o Ministério da Verdade é aquele que se ocupa das notícias, dos divertimentos, do ensino e das belas-artes, tendo gravado nas paredes do seu enorme e imponente edifício os três slogans do partido único: “Guerra é paz. Liberdade é Escravidão. Ignorância é Força”. ORWELL, George (1999)– *Mil Novecentos e Oitenta e Quatro*. Lisboa: Antígona,. ISBN 972-608-053-3.

⁵ CASADO ELIAS, Sanz [et al.] (2011). Op.cit

⁶ CRIPPA, Giulia; CARVALHO, Larissa Akabochi de (2012) – A mediação da informação através da comunidade virtual Anobii : um estudo de caso. Encontros Bibli: revista eletrônica de biblioteconomia e Ciência da Informação [em linha]. Vol. 17, nº. 35, p.97-120. [Cons. 07 abr. 2013]. Disponível em WWW: <URL:http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/1518-2924.2012v17n35p97/23584>. ISSN 1518-2924.

⁷ SANCHES, Gisele A. Ribeiro; RIO, Sinomar Ferreira do (2010) – Mediação da informação no fazer do bibliotecário e seu processo em bibliotecas universitárias no âmbito das acções culturais. *InciD: Revista de Ciência da Informação e Documentação* [em linha]. Vol. 1, nº.2, p.103-121. ISSN 2178-2075.[Cons. 10 abr. 2013]. Disponível em WWW:<URL:http://revistas.ffclrp.usp.br/incid/article/view/24/pdf>.

⁸ NOVELLI, Valéria; HOFFMANN, Wanda; GRACIOSO, Luciana (2011) – Mediação da informação em websites de bibliotecas universitárias brasileiras: referencial teórico. *Informação & Informação* [em linha]. Vol. 16 nº. 3 p.142– 166. [Cons. 07 abr. 2013]. Disponível em WWW: <URL:http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/8357/10591>.ISSN 1981- 8920.

Bibliotecas Públicas, mas também os trabalhos de Pereira⁹, Silva¹⁰, Bezerra¹¹, Amaral¹², Nunes¹³ ou Marques¹⁴.

De resto, a mesma tendência de pesquisa pôde observar-se no último Congresso Nacional da BAD – Associação Portuguesa de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas, realizado entre os dias 18 e 20 de Outubro de 2012. Nas atas do congresso, que contou com a participação de inúmeros investigadores e técnicos destas áreas, é possível encontrar publicadas as mais recentes investigações realizadas em Portugal no domínio da Ciência da Informação, e também aqui fica por demais clarificada a evolução da Biblioteconomia no sentido da adoção definitiva do novo paradigma, centrado no utilizador e no realce da importância do papel social das Bibliotecas para a formação de uma sociedade mais democrata e inclusiva.

Artigos como os de Pacheco *et al*¹⁵, Calixto e Carrão¹⁶, Cortês e Raposo¹⁷, Guerreiro

⁹ PEREIRA, Carla Saiago (2008) – Contributos para a organização de uma Biblioteca Digital. Lisboa: ISCTE. Tese de mestrado. [Cons. 10 abr. 2013]. Disponível em WWW: <URL:https://repositorio.iscte.pt/bitstream/10071/666/1/TESE.pdf>.

¹⁰ SILVA, Zélia Maria Delgado da - A Web 2.0 nas Bibliotecas Escolares . Universidade Aberta: Lisboa, 2011. Dissertação de Mestrado [Consultado em 10-04-2013] Disponível na Internet em: <URL:https://repositorio.iscte.pt/bitstream/10071/666/1/TESE.pdf>.

¹¹ BEZERRA, Fabíola Maria Pereira (2011) - A Biblioteca Pública e o Utilizador Idoso: relato da experiência portuguesa XXIV Congresso Brasileiro de Biblioteconomia, Documentação e Ciência da Informação. Maceió, Brasil, 7-10 Agosto 2011 [Consultado em 10-04-2013] disponível na Internet em: <URL:http://febab.org.br/congressos/index.php/cbbd/xxiv/paper/view/48/498>

¹² AMARAL, Marina Isabel Tomás Pinto Ferraz do (2012) - Divisão de Bibliotecas e Arquivos Municipais de Cascais, Estudo da Satisfação dos Utilizadores das Bibliotecas: BMC – Casa da Horta da Quinta de Santa Clara e BMC – S. Domingos de Rana Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa,. Relatório de Estágio de Mestrado [Consultado em 10-04-2013] Disponível na Internet em:<URL: http://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/6929/1/ulfl120639_tm.pdf>

¹³ NUNES, Olga Mafalda da Cruz (2012) - Biblioteca Municipal João Brandão, análise das representações sociais dos utilizadores e do impacto social – Estudo de Caso Universidade Fernando Pessoa: Porto, 2012. Dissertação de Mestrado [Consultado em 10-04-2013] Disponível na Internet em: <URL: http://bdigital.ufp.pt/bitstream/10284/3149/1/DM_19232.pdf>

¹⁴ MARQUES, Maria Beatriz Pinto de Sá Moscoso (2012) - A satisfação do cliente de serviços de informação: as bibliotecas públicas da Região Centro Coimbra: Faculdade de Letras,. Tese de doutoramento [Consultado em 15-03-2013] Disponível na Internet em:<URL: http://hdl.handle.net/10316/20462>

¹⁵ PACHECO, Emília Lúcia; BARRADAS, Maria João de Oliveira; SEQUEIRA, Nélia de Brito - Formação de utilizadores na biblioteca universitária: um estudo de caso. Atas do Congresso Nacional de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas [Em linha] nº. 11 (2012): “Integração, Acesso e Valor Social” Fundação Calouste Gulbenkian: Lisboa, 18, 19 e 20 de Outubro de 2012 [Consultado em 11-04-2013]Disponível na Internetem

<URL:http://www.bad.pt/publicacoes/index.php/congressosbad/article/view/395>

¹⁶ CALIXTO, José António; CARRÃO, Maria Lucinda (2012) - As tecnologias de informação e comunicação na promoção da leitura em bibliotecas escolares: uma revisão preliminar da literatura. Atas do Congresso Nacional de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas [Em linha] nº. 11 “Integração, Acesso e Valor Social” Fundação Calouste Gulbenkian: Lisboa, 18, 19 e 20 de Outubro de 2012 [Consultado em 11-04-2013] Disponível na Internet em

<URL:http://www.bad.pt/publicacoes/index.php/congressosbad/article/view/348>

¹⁷ CORTÊS, Cristina; RAPOSO, Rui (2012): - A componente participativa no cenário português: do uso à participação. Atas do Congresso Nacional de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas [Em linha] nº. 11 “Integração, Acesso e Valor Social”. Fundação Calouste Gulbenkian: Lisboa, 18, 19 e 20 de outubro de 2012 [Consultado em 11-04-2013] Disponível na Internet em <URL:http://www.bad.pt/publicacoes/index.php/congressosbad/article/view/436>

et al¹⁸, Lopes e Ramos¹⁹, Segurado e Amante²⁰ ou de Medeiros e Salgado²¹, dão conta desta nova realidade, tornando explícito que o fazer do bibliotecário deve basear-se nas necessidades e interesses dos utilizadores e, em simultâneo, deve sustentar a sua atividade na mediação da informação, ou seja, na construção e consolidação de mecanismos e instrumentos que permitam aos utilizadores apropriarem-se da informação de que necessitam, estimulando e facilitando o acesso e o uso da informação.

Deve, do mesmo modo, salientar-se a reflexão que vem sendo desenvolvida no âmbito dos Encontros CDTI, promovidos anualmente pelo curso de Licenciatura em Ciências e Tecnologias da Documentação e Informação, da Escola Superior de Estudos Industriais e de Gestão do Instituto Politécnico do Porto, e que em 2010 elegeu exatamente a temática da Mediação da Informação, considerada como pilar de inovação fundamental para a democratização do acesso à informação e ao conhecimento.

Por muito paradoxal que pareça, no entanto, no campo da Arquivística, a pesquisa em torno da mediação da informação encontra-se ainda muito pouco explorada, o que é desde logo visível na listagem de artigos publicados nas atas do mesmo Congresso da BAD.²²

Em Portugal, a investigação sobre os utilizadores e a mediação da informação nos Arquivos é ainda incipiente ou muito pouco direcionada, continuando a ser privilegiadas as temáticas relacionadas com aspetos técnicos e de gestão organizacional, tais como a preservação digital, a migração de repositórios ou a harmonização e normalização arquivística.

Não é por isso extraordinário que prossiga como referência a investigação produzida por Fernanda Ribeiro em 1996²³. Apesar de não empreender aí problematização específica em torno do comportamento informacional dos utilizadores e da mediação da informação praticada nos Arquivos objeto de estudo, a indagação sobre o tipo de acesso à informação permitido através dos instrumentos de pesquisa existentes revelou-se de algum modo refém, também então, da inexistência de estudos de utilizadores dos Arquivos em Portugal, mas conseguiu devolver, mesmo sem uma

¹⁸ GUERREIRO, Dália; CALIXTO, José António; BORBINHA, José Luís (2012): - Bibliotecas Digitais para as Humanidades: novos desafios e oportunidades. Atas do Congresso Nacional de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas [Em linha] nº. 11 "Integração, Acesso e Valor Social". Fundação Calouste Gulbenkian: Lisboa, 18, 19 e 20 de Outubro de 2012 [Consultado em 11-04- 2013] Disponível na Internet em <URL:<http://www.bad.pt/publicacoes/index.php/congressosbad/article/view/354>>

¹⁹ Ver, a propósito, ATAS DO IV ENCONTRO CTDI - Mediação da Informação - Perspetivas Transversais, 29 de abril de 2010. ISBN 978-989-95290-1-4 Disponível em <http://www.bad.pt/publicacoes/index.php/congressosbad/index>

²⁰ SEGURADO, Teresa; AMANTE, Maria João - Serviços de Informação e Documentação do ISCTE- IUL: um lugar onde o ensino, a aprendizagem e a cultura convergem. Atas do Congresso Nacional de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas [Em linha] nº. 11 (2012): "Integração, Acesso e Valor Social". Fundação Calouste Gulbenkian: Lisboa, 18, 19 e 20 de outubro de 2012 [Consultado em 11-04-2013] Disponível na Internet em <URL: <http://www.bad.pt/publicacoes/index.php/congressosbad/article/view/419>>

²¹ MEDEIROS, Filipa; SALGADO, Maria Armada Palma - Bibliotecas, responsabilidade social e cidadania ativa: a experiência da Biblioteca do Campo Arqueológico de Mértola. Atas do Congresso Nacional de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas [Em linha] nº. 11 (2012): "Integração, Acesso e Valor Social" Fundação Calouste Gulbenkian: Lisboa, 18, 19 e 20 de outubro de 2012 [Consultado em 11-04-2013] Disponível na Internet em <URL: <http://www.bad.pt/publicacoes/index.php/congressosbad/article/view/385>>

²² RIBEIRO, Fernanda (1996) - Indexação e Controlo de Autoridade em Arquivos. Câmara Municipal do Porto: Porto. ISBN 972-605-041-3

²³: RIBEIRO ,(1996)- Op.cit.p.9.

investigação absolutamente direcionada, algumas conclusões que ainda hoje se revestem da maior relevância.

Procurando demonstrar a necessidade da indexação como forma mais eficaz para a criação de pontos de acesso e de recuperação da informação por assunto, Fernanda Ribeiro elegeu como hipótese de trabalho a aceção de que os pedidos de informação por assuntos determinam a necessidade de instrumentos de pesquisa do tipo ideográfico, como os catálogos e os inventários, por forma a satisfazer as necessidades informacionais dos utilizadores, e, desta forma, acabou por empreender trabalho empírico de caracterização dos perfis-tipo dos utilizadores de cada um dos Arquivos em análise.

Ao verificar que a quantidade de pedidos por assunto era variável entre Arquivos, não tanto pelo tipo de documentação neles conservada, mas pelas distintas funções informativas desempenhadas por cada um deles, tornou-se possível identificar os diferentes públicos-alvo (investigadores, historiadores, estudantes, cidadãos comuns), e também assim, as suas necessidades e usos diferenciados, bem como a indispensabilidade de produção de instrumentos de mediação adequados e capazes de permitir que a informação seja acessível e facilmente recuperada pelos utilizadores.

No seu diagnóstico, os utilizadores regulares, isto é, aqueles menos habilitados no que respeita ao conhecimento sobre os instrumentos de descrição arquivística, e que por esse motivo mais recorrem ao pedido por assuntos, veem-se habitualmente confrontados com buscas difíceis e morosas, o que poderia explicar, em certa medida, a percentagem baixa de pedidos por assunto expressada nos dados da investigação. Por outro lado, tendo em conta que, regra geral, a maioria dos utilizadores que recorre aos arquivos investiga temáticas que implicam consultas continuadas, pôde aferir-se que os utilizadores conseguiriam mais facilmente, após uma pesquisa inicial por assuntos, seleccionar os fundos e as séries relevantes para a recuperação da informação de que necessitam, reforçando-se assim a importância da utilização de instrumentos de descrição arquivística mais eficazes nesta tipologia de pesquisa.

Nas suas palavras: “Organizar, descrever e tornar acessível a informação contida nos documentos são funções primordiais de qualquer serviço de informação, seja ele uma biblioteca, um arquivo ou um centro de documentação. Tais funções concretizam-se através de operações técnicas, indispensáveis para o tratamento documental das espécies e, consequentemente, para as tornar acessíveis aos utilizadores. (...) As operações de organização de um arquivo, a que nos referimos sucintamente, são condições "sine qua non" para tornar acessíveis os fundos arquivísticos, pois elas estão na base da elaboração dos instrumentos de pesquisa que deverão ser disponibilizados aos utilizadores. Além de classificar, ordenar e descrever, importa também definir como se vai recuperar a informação tratada, quais os pontos de acesso que deverão ser criados, que forma terão as rubricas de acesso, que tipo de linguagem de indexação será usada.”²⁴

Desde então, não houve em Portugal desenvolvimentos de nota no domínio dos estudos de utilizadores em Arquivos ou sobre a mediação da informação aí praticada, o que converge com a aceção teórica que baseia a nossa investigação, ou seja, de que, no campo da Arquivística, ainda é vigente o paradigma técnico e custodial, associado a uma visão historicista e patrimonialista, que coloca o enfoque na guarda do património cultural incorporado e acumulado, muito embora, por via da entrada na Era Digital, aqui e ali vão despontando evidências da imprescindibilidade de cristalização – teórica, prática e

²⁴ RIBEIRO, Fernanda (1998) – O Acesso à informação nos arquivos. Op.cit.p.112.

programática – de um Arquivo pós-custodial, informacional e científico, que coloque no centro da sua atividade o utilizador, promovendo o acesso à informação por todos, e para todos.

A propósito deste vislumbre, falaremos mais adiante do Projeto DigitArq, desenvolvido pela Universidade do Minho em parceria com o Arquivo Distrital do Porto desde 2003, com vista à facilitação do acesso aos documentos aí custodiados e de outro projeto designado Consulta Real em Ambiente Virtual (CRAV), no âmbito das mesmas parcerias.

No Brasil, o trabalho de extensa revisão bibliográfica empreendido por Jardim e Fonseca sobre estudos de utilizadores em Arquivos, prossegue o exemplo português. No domínio da Arquivística brasileira são também ainda pouco significativos os estudos sobre utilizadores, comportamento informacional ou mediação da informação, o mesmo acontecendo, segundo os autores, nos EUA e em França, por exemplo.

De entre as razões apontadas para a aparente falta de interesse ou relevância atribuída aos estudos de utilizadores em Arquivos, Jardim e Fonseca destacam a circunstância da noção de acesso à informação arquivística se encontrar frequentemente associada aos atributos do arquivista e aos deveres da instituição arquivística e não ao processo de transferência da informação para o utilizador, pelo que a preocupação com o acesso aos arquivos não decorre duma perspetiva dialógica envolvendo arquivista, arquivo e utilizador.

Do mesmo modo, na sua análise, a própria terminologia arquivística é resistente à incorporação do termo “utilizador” tal como ele é compreendido atualmente pela Biblioteconomia, identificando-o, não raras vezes, apenas como a pessoa que consulta a informação contida nos fundos, circunscrevendo assim a relação arquivo-utilizador ao momento em que o utilizador acede ao arquivo e desencadeia, por moto próprio, o processo de busca da informação, o que contamina o fenómeno info-comunicacional aí presente porque acaba por sustentar a aceção crítica de Pugh²⁵, de acordo com a qual os instrumentos de descrição arquivística redundam em instrumentos de comunicação escritos por e para arquivistas e não para os utilizadores.

Sobressai assim a necessidade de investigação mais aprofundada sobre a mediação praticada pelos profissionais dos Arquivos, na perspetiva dos utilizadores, isto é, da perceção que este detém sobre a mediação a que estão sujeitos quando recorrem aos Arquivos, por um lado, e se esta mediação influi de modo determinante na experiência e no grau de satisfação/insatisfação das suas necessidades, por outro. Tal afigura-se relevante, tendo em conta que, como referido por Ferreira e Almeida Júnior: “O enfoque nos usuários dos equipamentos informacionais (arquivos, bibliotecas, museus e centros de documentação), dimensiona a mediação da informação, de forma a contemplar todo o escopo do processo informacional - desde o suporte onde a informação está registrada até a sua relação com os usuários, passando pelos procedimentos técnicos dos profissionais da informação.”²⁶

²⁵ PUGH, Mary Jo - The Illusion of Omniscience: Subject Access and the Reference Archivist *American Archivist* [Em linha] Volume 45, nº. 1, pp. 33-44 (1982) ISSN 0360-9081 [Consultado em 20-03-2013] Disponível na Internet em: <URL:

<http://archivists.metapress.com/content/2186l730132n24vx/fulltext.pdf> >

²⁶ FERREIRA; Letícia Elaine; ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo Francisc de (2013) - A mediação da informação no âmbito da arquivística *Perspetivas em Ciência da Informação* [Em linha] Volume 18, nº.1, pp.158-167 ISSN

O acesso à informação é a função *nuclear* da atividade arquivística, no sentido em que a razão de ser do Arquivo reside exatamente no ato de tornar pública e disponível a informação contida no conjunto documental por si custodiado, pelo que, no contexto do processo informacional que os arquivos encerram, todas as tarefas de organização (identificação, classificação e descrição arquivística) deverão ter subjacente a adoção de metodologias facilitadoras do acesso à informação, e assim mesmo, todos os profissionais de Arquivo deverão igualmente ter presente que os procedimentos técnicos por si realizados traduzem atividade de mediação da informação.

No Brasil, o Grupo de Pesquisa - Interfaces: Informação e Conhecimento, constituído em 1998 na Universidade Estadual de Londrina, desenvolveu entre 2004 e 2008 o projeto “Mediação da Informação e Múltiplas Linguagens”, correspondendo ao levantamento exaustivo de literatura que pudesse, de algum modo, conter inputs desveladores do conceito de mediação da informação. Os primeiros resultados desta pesquisa foram apresentados em 2009 por Oswaldo Almeida Júnior que com Sueli Bortolin lidera o grupo de investigadores envolvidos, sobressaindo, desde logo, uma definição embrionária de mediação da informação enquanto ação de interferência. Neste registo, propõe-se a distinção entre mediação implícita e mediação explícita, sendo a primeira aquela que ocorre sem a presença física e imediata dos utilizadores, compreendendo atividade tais como a seleção, o armazenamento e o processamento da informação, e a segunda aquela que ocorre com a presença dos utilizadores, incluindo-se aqui o acesso virtual aos serviços de informação.

Mais importante para a análise que procuramos empreender é, todavia, o abandono completo da ideia de mediação como “ponte” entre a informação e os utilizadores, sendo os profissionais da informação identificados com essa “ponte”. Pelo contrário, a pesquisa efetuada devolveu a conceção de mediação como dotada de um dinamismo essencial que decorre, exatamente, da relação dinâmica que se estabelece entre os profissionais da informação e os utilizadores, quer no processo de disseminação e transferência da informação, quer no processo de apropriação e (re)construção da informação.

Assim, deixa de fazer sentido a noção de neutralidade, imparcialidade habitualmente associada à mediação concretizada pelos profissionais da informação, designadamente nos Arquivos. A mediação aí empreendida interfere no modo como os utilizadores dos Arquivos acedem à informação neles custodiada, pelo que urge explicitar de que modo ela ocorre por forma a que, criticamente, os profissionais de Arquivo possam ser capazes de corrigir ou minimizar eventuais problemas dela decorrentes, quer do ponto de vista organizacional e técnico-metodológico, quer do ponto de vista relacional.

Por outro lado, nas palavras de Almeida Júnior: “A mediação da informação permite e exige conceção de informação que desloque o usuário da categoria de mero recetor, colocando-o como ator central do processo de apropriação. (...) Em última instância, quem determina a existência da informação é o usuário, aquele que faz uso dos conteúdos dos suportes informacionais.”²⁷ E “O usuário, a bem da verdade, se apropria da informação. O conceito de apropriação da informação pressupõe uma interferência, uma ação que transforma o usuário em ser ativo na mediação da informação. Isso ocorre

1981-5344 [Consultado em 15-02-2013] Disponível na Internet em:<URL: <http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/view/1270/1111> > p. (FERREIRA; ALMEIDA
²⁷ ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo Francisco de (2009) – Mediação da informação e múltiplas linguagens. Op.cit.p.97

porque, em última instância, a partir de sua relação com o suporte, é ele quem determina a existência ou não da informação.”²⁸

No universo dos Arquivos, e em concreto dos Arquivos Distritais, o cumprimento da sua função social, isto é, a garantia do direito de acesso à informação por parte de todos os cidadãos, e a consideração do utilizador como ator do processo informacional é, cremos, de extraordinária importância. Aqui, é fundamental pensar não apenas na relação que se estabelece entre o profissional de Arquivo e o utilizador, mas sobretudo nos instrumentos e procedimentos adotados para que os documentos possam ser encontrados, acedidos e recuperados em condições de conseguir efetivamente suprir as necessidades dos utilizadores.

No primeiro caso, os profissionais da informação reproduzem uma mediação destinada a projetar o paradigma custodial, patrimonialista e historicista, quer dizer, destinada a guardar e a preservar a memória.

No segundo caso, os profissionais da informação desenvolvem uma mediação dirigida ao utilizador, quer dizer, pós-custodial, informacional e científica, destinada a projetar a ideia de que os Arquivos existem para que a informação neles contida seja acedida pelo utilizador, garantindo-se a democraticidade e a universalidade no acesso aos fundos aí guardados e conservados.

Como fica claro, esta nova configuração reclama dos profissionais de Arquivo também um novo posicionamento:

“As múltiplas consequências teórico-práticas da definição apresentada e da crítica à noção de documento afetam diretamente a profissão de arquivista, que não pode continuar a ser aquele que guarda, conserva e arruma papéis e outros documentos ao serviço dos investigadores, mas terá de se assumir como um gestor de informação produzida e usada em qualquer contexto orgânico. Ser arquivista passa a ser um desafio difícil, mas aliciente, pois urge repensar toda uma herança empírica milenar e questionar o sentido da profissão, já não num quadro de atividade de salvaguarda do património, mas sim numa perspetiva de acesso e conservação da informação como fator de memória identitária do seu organismo produtor.”²⁹

Tal significa que, contrariamente ao que sucedia no Arquivo técnico-custodial, historicista e patrimonialista, dominado por uma mediação passiva formatada no quadro da guarda e conservação de documentos, no Arquivo da *Era Pós-Custodial* a mediação informacional é iminentemente ativa, exigindo-se dos profissionais de Arquivo que adotem um papel cada vez mais preponderante e interventivo, nomeadamente no que se refere à sua actuação enquanto promotores do acesso à informação.

Desse modo, o processo de democratização da informação inerente a esta nova configuração societal detém, por efeito, o potencial de contaminação dos Arquivos, demandando a sua participação ativa enquanto mecanismo e instrumento de inclusão

²⁸ Idem, ibidem.p.99

²⁹ Referência à definição de Informação como “um conjunto estruturado de representações mentais codificadas num qualquer suporte material (papel, filme, banda magnética, disco compacto, etc.) e, portanto, comunicadas de forma assíncrona e multi-direcionada”. C.f. SILVA; RIBEIRO, 2002. p.37 (símbolos significantes) socialmente contextualizadas e passíveis de serem registadas

social, tendo em conta que o acesso à informação dota os utilizadores da capacidade efetiva de transformação da envolvente social que os rodeia.

Neste contexto, os serviços de informação, como os Arquivos, passam a assumir um papel central, enquanto promotores e facilitadores de práticas e políticas informacionais democratizantes.

Disto mesmo dá conta a brasileira Maria Odila Fonseca em “Informação e direitos humanos: acesso às informações arquivísticas”. Neste artigo, publicado em 1999 na revista *Ciência da Informação* do IBICT – Instituto Brasileiro de Informação em ciência e Tecnologia, um dos mais reputados do país na área da Ciência da Informação, a autora reflecte sobre o direito à informação arquivística no quadro do conjunto de direitos proclamados designadamente pela Declaração Universal dos Direitos Humanos³⁰, clarificando a amplitude e as limitações do exercício do direito à informação decorrente da própria organização e construção arquivística. No seu entender: “Os impedimentos do acesso aos arquivos não são de ordem exclusivamente legal; há muitos obstáculos não legais – certamente também políticos; – ao acesso aos documentos de arquivo. Estes obstáculos estão referidos, basicamente, à carência de recursos humanos e materiais nas instituições arquivísticas e a sua incapacidade político-administrativa de ocuparem seu lugar na liderança das políticas arquivísticas de seus respectivos países.”³¹

Nos Direitos Humanos englobam-se habitualmente quatro conjuntos de direitos: 1) *Direitos Humanos de Primeira Geração* (inerentes ao indivíduo, mesmo se exercidos colectivamente, como os direitos civis e políticos, tendo por base o princípio da Liberdade), 2) *Direitos Humanos de Segunda Geração* (inerentes à participação do indivíduo na sociedade e na relação entre cidadão e Estado, como os direitos económicos, sociais e culturais, tendo por base o princípio da Igualdade) e 3) *Direitos Humanos de Terceira e Quarta Geração* (o direito à paz, à autodeterminação dos povos, ao progresso e desenvolvimento económico e ao meio-ambiente, tendo por base o princípio da Fraternidade). Em qualquer dos casos, a titularidade dos direitos pertence, como no caso dos direitos de primeira geração, ao indivíduo, ao ser humano na sua individualidade.

Na Declaração Universal dos Direitos Humanos, o direito à informação encontra-se contemplado no artigo 19º - “Todo o indivíduo tem direito à liberdade de opinião e de expressão, o que implica o direito de não ser inquietado pelas suas opiniões e o de procurar, receber e difundir, sem consideração de fronteiras, informações e ideias por qualquer meio de expressão” -, estabelecendo-se assim como um direito universal, inviolável e inalterável.

Segundo José Maria Jardim “O direito à informação – expressão de uma terceira geração de direitos dos cidadãos - carrega em si uma flexibilidade que o situa não apenas como um direito civil, mas também como um direito político e um direito social, compondo uma dimensão historicamente nova da cidadania (...) O direito à informação transforma, ao menos teoricamente, o território administrativo em território partilhado,

³⁰ RIBEIRO, Fernanda (2005) – Os arquivos na era pós-custodial: reflexões sobre a mudança que urge operar. Op.cit.p.8

³¹ FONSECA, Maria Odila - Informação e direitos humanos: acesso às informações arquivísticas. *Ciência da Informação* [em linha]. Vol. 28, nº.2 (1999). [Cons. 20 mar. 2013]. Disponível em WWW: <URL:<http://revista.ibict.br/ciinf/index.php/ciinf/article/view/289/255>>.ISSN 1518-8353.

em espaço de comunicação.”³² Todavia, na percepção Maria Odila Fonseca (1999), a clarificação deste direito enquanto direito de aceder à informação e direito a estar informado, comporta uma incompatibilidade fundamental quando transcrito para o universo dos Arquivos, nomeadamente quando colide com o direito à segurança pública e o direito à privacidade (entendido como o dever do Estado de manter sob sigilo informações relativas à intimidade dos indivíduos). De acordo com a sua reflexão, intimamente ligada ao acesso público aos documentos de arquivo está a génese e a evolução dos próprios Arquivos, podendo analisar-se a informação arquivística em duas dimensões: a informação que se encontra contida nos documentos de Arquivo, e a informação que está contida no Arquivo em si, “(...) naquilo que o conjunto, em sua forma, em sua estrutura, revela sobre a instituição ou sobre a pessoa que criou”³³ pelo que o direito à informação arquivística, no caso em apreço, nos ADs, se encontra de alguma forma balizado quer pelo tipo de documentos custodiados e conservados, quer pela natureza institucional do próprio Arquivo. Consequentemente, será então importante fazer uma caracterização das instituições de arquivo definidas no nosso estudo, da evolução das políticas arquivísticas de âmbito nacional, bem como das várias tentativas, para uma maior transparência das ações da Administração Pública, para a legitimização do acesso livre e pleno dos cidadãos a estes arquivos, o que será objeto de um trabalho futuro.

O **Capítulo I** é dedicado à caracterização e evolução dos Arquivos Públicos portugueses, onde se incluem o Arquivo Nacional / Torre do Tombo, os Arquivos da Administração Pública e os Arquivos Distritais e de âmbito distrital.

No primeiro subcapítulo, procedemos à caracterização em termos de objectivos, missão, instalações, recursos humanos, fundos custodiados e instrumentos de acesso utilizados em relação ao Arquivo Nacional /Torre do Tombo, Arquivos Distritais e de âmbito distrital. No segundo subcapítulo, os Arquivos da Administração Pública (Secretarias-gerais dos ministérios).

Como mencionamos anteriormente, iniciamos este capítulo com uma caracterização diacrónica do percurso histórico do Arquivo Nacional (AN), no que diz respeito aos seus objetivos de criação, fundos custodiados, políticas arquivísticas mais significativas e o subsequente enquadramento legislativo dos Arquivos Distritais (AD), de âmbito regional, dependentes da Direcção-Geral do Livro dos Arquivos e das Bibliotecas (DGLAB)³⁴ e Arquivos Distritais equiparados, como aqueles que estão dependentes das Universidades de Coimbra e Minho e os arquivos das regiões autónomas, criados com o objetivo de custodiar/disponibilizar a documentação que foi produzida neste âmbito, ao longo dos anos, tornando-os assim num instrumento essencial de conservação e preservação da memória nacional, institucional e/ou particular.

Em paralelo e dado que a documentação produzida no âmbito das funções da Administração Pública é posteriormente incorporada nos arquivos referidos, foi importante evidenciar a influência que as reformas da AP, no sentido de uma política de

³² JARDIM, José Maria (1999) – O acesso à informação arquivística no Brasil : problemas de acessibilidade e disseminação. Documento preparatório Mesa Redonda Nacional de Arquivos, Conselho Nacional de Arquivos – CONARQ, Rio de Janeiro, 13 a 15 de Julho de 1999. [Cons. 18 mar. 2013]. Disponível em WWW: <URL: http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/Media/publicacoes/mesa/o_acessoinformao_arquivistica_no_brasil.pdf>.

³³ Idem, ibidem.p.15

³⁴ Excluiu-se deste estudo o Centro Português de Fotografia (CPF) que é uma entidade de âmbito distinto comparativamente a um AD e tutelado pela DDLAB.

maior transparência das suas ações adotadas pelos sucessivos Governos, têm tido na definição de objetivos e procedimentos dos arquivos correntes e intermédios, por exemplo nas Secretárias Gerais dos Ministérios, e na produção de legislação para a definição da política arquivística nacional.

Salientamos que neste capítulo não se pretende proceder a uma caracterização exaustiva dos arquivos, das funções e objetivos dos respetivos fundos, das políticas arquivísticas, ou de todo o contexto histórico e respetiva evolução, mas sim proceder a uma apresentação resumida que permita contextualizar o objeto de estudo do presente trabalho – os Arquivos Públicos (Arquivos Distritais) – permitindo uma melhor compreensão e enquadramento deste trabalho e dos seus objetivos.

02 Arquivo Nacional e as políticas arquivísticas

Desde sempre que os arquivos tiveram a consagração de depósitos de documentos de determinada espécie, com funções administrativas, sempre visando os direitos das instituições ou pessoas, sendo que os documentos de arquivo tinham o valor de determinar ou reivindicar algum direito. Com o passar dos anos foi crescendo o interesse pelo valor histórico dos arquivos e os respetivos documentos passaram a ter igualmente o valor de testemunho da história. Esta evolução em termos de valor e função dos arquivos foi igualmente acompanhada por uma igual necessidade sistemática de criação de novos instrumentos de acesso à informação, a par da definição de políticas nacionais arquivísticas bem como formas de as aplicar e avaliar.

Neste contexto, iniciamos a caracterização do percurso histórico de uma das instituições mais antigas de Portugal, instituída no séc. XIII, designada Arquivo da Coroa, ou, posteriormente, de Torre do Tombo³⁵ (TT), e que surgiu como o “[...] Arquivo do rei, dos seus vassallos, da administração do reino e das possessões ultramarinas, guardando também os documentos resultantes das relações com os outros reinos.”³⁶

Esteve instalado, na Torre de São Jorge, até ao terramoto de 1755, sendo transferido para o Mosteiro de São Bento da Saúde onde esteve até 1990, atualmente encontra-se instalado em edifício próprio, na Alameda da Universidade em Lisboa.

A TT³⁷ tinha como função principal a custódia da documentação régia, (especialmente a de carácter fiscal: “os Tombos da Coroa ou Próprios da Coroa”), acervos de outras proveniências da administração pública, consequência natural da complexificação da estrutura governativa e do desenvolvimento do Estado moderno, para além da emissão de certidões de carácter probatório, bem como o facultar a consulta e empréstimo de documentos.

Nesse sentido, houve a necessidade de organizar esta documentação, produzindo-se assim, instrumentos destinados à recuperação desta informação³⁸, surgindo no século XVI “[...] as relações de documentos que têm sido consideradas como os primeiros inventários³⁹, e no séc. XVII os “Índices da Leitura Nova⁴⁰” e os primeiros livros de

³⁵ Para uma visão mais global sobre a constituição, funcionamento, instalações, pessoal do Arquivo da Torre do Tombo. Consultar RIBEIRO, Fernanda (1998) – O Acesso à informação nos arquivos: [em linha]. Porto: Universidade do Porto. Tese de Doutoramento. [Cons. 18-01-2012]. Vol.1, p.59- 70. Disponível em WWW: <<http://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/7058/3/fribeirovol01000061435.pdf>

³⁶ Direcção Geral de Arquivos. [em linha] [Consult. 8-09-2012]. Disponível na Internet:<URL: <http://dgarq.gov.pt/antt/historia-institucional/>>.

³⁷ A Torre do tombo.

³⁸ Designada por aí se conservarem as escrituras do “tombo”, termo que designava o chamado livro de “Recabedo Regni”, ou seja, o das receitas da Coroa os livros de registo da chancelaria passaram a dar aí entrada logo que deixavam de ter uso administrativo corrente, o que normalmente sucedia alguns anos após a morte dos reis – In. RIBEIRO. Op.cit.p.68.

³⁹ Idem.Ibidem.

⁴⁰ RIBEIRO, Fernanda (1998) – O Acesso à informação nos arquivos. Op.cit.p.100.

registo.”⁴¹

Ao longo do séc. XVIII, com especial atenção para o “[...] Inventário dos livros, maços e documentos que se guardam no Real Archivo da Torre do Tombo de 1776”⁴² foram sendo realizados numerosos instrumentos de acesso à informação, indo ao encontro da necessidade de se conhecer, também, a organização dos documentos que devido às incorporações obrigatórias, quer de documentação proveniente de organismos extintos da administração pública, quer de cartórios privados, davam entrada de uma forma sistemática no arquivo. Alargando-se, desta forma, as atribuições de funcionários que recorreram à formação académica⁴³, intensificando-se assim os estudos dos documentos e a importância, ainda tímida, destes profissionais, que não parou de crescer, como veremos mais adiante.

Neste contexto e em relação ao funcionamento e organização dos serviços de arquivo desta instituição e o desenvolvimento da política arquivística nacional, referimos alguns documentos, legislação que, segundo a nossa perspetiva sustentada em estudos consagrados de Alexandre Herculano, e mais tarde Júlio Dantas, António Ferrão⁴⁴, entre outros e, recentemente, por trabalhos de Manuel Real⁴⁵, Fernanda Ribeiro, ilustram a prática arquivística desde o séc. XIII, até ao séc. XXI.

Assim, nesta ótica, iniciaremos com os documentos que serviram, numa fase inicial, de base para a organização e funcionamento destes serviços como, por exemplo:

- o regimento de Tomé Lopes”⁴⁶ “(...) que ajuda à organização do arquivo (...)” mas sem especificação alguma sobre instrumentos de pesquisa, formação dos profissionais ou acesso aos documentos;
- o “relatório de Benavente”, “(...) que além de constituir uma espécie de inventário da documentação existente no arquivo, refere-se também a alguns aspectos sobre o funcionamento do mesmo, nomeadamente no que respeita ao tipo de cartórios que nele deviam ser incorporados, à forma como se executavam as certidões sempre a partir dos treslados, desde que os houvesse, e não dos livros originais e sobre o pessoal que aí trabalhava e respectivos ordenados⁴⁷”; verificando-se uma preocupação em relação à necessidade de uniformizar os procedimentos relativos à emissão de certidões, tal como em relação aos aspetos de funcionamento das incorporações.

Em 1802, com o regulamento - “Ordens que se devem observar neste Real

⁴¹ Ver: BAIÃO, António - Os Mais antigos índices da Tôrre do Tombo: regras inéditas para as pesquisas nos livros de Leitura Nova. Anais das Bibliotecas e Arquivos. Lisboa. 2ª série. 10 (1932) 22-25. In. RIBEIRO, Fernanda (1998) – O Acesso à informação nos arquivos. Op.cit. p.100.

⁴² Para uma análise mais aprofundado ver, RIBEIRO, Fernanda (1998) – O Acesso à informação nos arquivos. Op.cit. p 79-82.

⁴³ Considerado um instrumento global, que permitisse controlar e identificar o acervo do arquivo In. RIBEIRO, Fernanda (1998) – O Acesso à informação nos arquivos. Op.cit. p. 132.

⁴⁴ Ensino da Diplomática, concretizada na criação da Aula de Diplomática. Cf. RIBEIRO, Op.cit.

⁴⁵ RIBEIRO, Fernanda (1998) – O Acesso à informação nos arquivos: [em linha]. Porto: Universidade do Porto. Tese de Doutoramento. [Cons. 18-01-2012]. Disponível em WWW: < <http://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/7058/3/fribeirovol01000061435>.

⁴⁶ REAL, Manuel Luís (1987) – Gestão do património arquivístico nacional. In Congresso Nacional de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas, 2.º, Coimbra, 1987 – A Integração europeia: um desafio à informação: actas Coimbra: Livraria Minerva.p. 207-246.

⁴⁷ RIBEIRO, Fernanda (1998) – O Acesso à informação nos arquivos: [em linha]. Porto: Universidade do Porto. Tese de Doutoramento. [Cons. 18-01-2012]. Disponível em WWW: < <http://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/7058/3/fribeirovol01000061435.pdf>.

Archivo,”⁴⁸ (considerado em rigor como o primeiro⁴⁹), traduziu-se numa reorganização do arquivo aumentando a produção de instrumentos destinados a recuperar a informação. Embora, se tenha investido na descrição documental, verificou-se uma evolução pouco significativa em relação aos recursos humanos do arquivo, como se pode conferir pelos diplomas publicados desde 1808 e de 1814⁵⁰:

“[...] a legislação que fixa quer o número de funcionários do arquivo, [...] para além do responsável - o guarda-mor, ainda continuava a limitar-se a escriturários ou amanuenses (estes podiam ser aumentados até mais quatro em épocas de maior trabalho), guardas, porteiro e varredoras [...] quer os salários que auferiam”⁵¹. Assim, evidenciava-se uma preocupação pouco concreta em relação às funções e formação do profissional e do próprio funcionamento do arquivo.

Posteriormente e com o Regulamento de 1823,⁵² especificaram-se as atribuições de cada funcionário, bem como os requisitos de formação que lhes eram exigidos, devido ao facto de estes terem começado a desempenhar mais funções e de âmbito muito mais alargado, encetando assim uma nova fase na vida institucional, marcada pela incorporação de documentos dos arquivos dos extintos tribunais do Antigo Regime, em 1821 e 1833, e dos cartórios das corporações religiosas, extintas por Decreto de 28 de Maio de 1834.

A massificação sistemática de incorporações neste arquivo, foi parte de uma nova ordem do País (revolução de 1820) que alterou substancialmente as estruturas sociais, administrativas e financeiras. Valorizando igualmente os arquivos como fontes históricas, tendendo a salvar assim a documentação que poderia ter vindo a perder-se por incúria ou desinteresse, com o objetivo de desenvolver a investigação histórica, que teve como principal mentor Alexandre Herculano (com o seu “*Portugaliae Monumenta Historica*”), na sequência do que acontecia desde o século XVIII, em particular, em 1720, com a criação da Academia Real da História Portuguesa. Todavia verificou-se uma continuada falta de organização na divulgação de conteúdos documentais patente no regulamento de 1823, reforçado pelo Regulamento, de 1839⁵³, (este já definitivo) que institui o dever de incorporar os documentos considerados desnecessários às próprias instituições assim como os dos organismos extintos, assegurando a sua boa conservação e instalação, sem acrescentar nada de novo em relação aos procedimentos relativos ao acesso.⁵⁴⁵⁵

Esta política desagregadora e incorporacionista, foi ainda reforçada, através da lei de 2 de outubro de 1862 que integrou assim todos os documentos anteriores a 1834, “bem como os arquivos procedentes de instituições extintas com o liberalismo que não puderam ser todos concentrados no Arquivo Nacional, por absoluta falta de espaço e que foram depositados na Biblioteca Nacional e por todo o País, nas repartições distritais da

⁴⁸ RIBEIRO, Fernanda (1998) – *O Acesso à informação nos arquivos*: [em linha]. Porto: Universidade do Porto. Tese de Doutoramento. [Cons. 18-01-2012]. Vol.1, p.91. Disponível em WWW: < <http://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/7058/3/fribeirovol01000061435.pdf>.Op.cit.

⁴⁹ RIBEIRO, Fernanda (1998) – *O Acesso à informação nos arquivos*. Op.cit. p.92.

⁵⁰ RIBEIRO, Fernanda (1998) – *O Acesso à informação nos arquivos*. Op.cit. p 118.

⁵¹ RIBEIRO, Fernanda (1998) – *O Acesso à informação nos arquivos*. Op.cit. p 105-108.

⁵²Cf. os seguintes diplomas legais: Decreto dos Governadores do Reino, de 18 de janeiro de 1808; Aviso de 3 de Agosto de 1813; Aviso de 25 de Agosto de 1814. In. RIBEIRO, Fernanda (1998) – *O Acesso à informação nos arquivos*. Op.cit. p. 46-47.

⁵³ RIBEIRO, Fernanda (1998) – *O Acesso à informação nos arquivos*. Op.cit. p.106.

⁵⁴ RIBEIRO, Fernanda (1998) – *O Acesso à informação nos arquivos*. Op.cit. p.586.

⁵⁵ RIBEIRO, Fernanda (1998) – *O Acesso à informação nos arquivos*. Op.cit. p.587.

Fazenda, bem como em Lisboa, no arquivo dos Próprios Nacionais”⁵⁶. Todavia acrescentamos que foi necessário passarem 14 anos para se estabelecer a obrigatoriedade de se fazerem acompanhar as remessas de documentos dos respetivos inventários, elaborados com base na proveniência dos documentos, minimizando a perda destes, evidenciando, já que existe uma preocupação de recuperar a estrutura orgânica-funcional desta documentação, mas a conceção de arquivo como serviço público ainda não tinha surgido, tornando-se, assim, urgente a reforma desta política incorporacionista.

Assim, e no sentido de minimizar esta situação, foi criado⁵⁷, em 1887, a “Inspeção das Bibliotecas e Arquivos”⁵⁸, organismo coordenador das Bibliotecas e Arquivos no sentido de orientar, analisar, organizar e salvaguardar este património, com vista à produção de instrumentos de acesso ao seu conteúdo, já que eles constituíam fontes de informação imprescindíveis. Tal como em 1901 foi publicado o regulamento que reforma os serviços das bibliotecas e arquivos e a sua superior inspeção, onde foram já “introduzidas algumas disposições relativas ao quadro de pessoal, aos vencimentos, aos requisitos para admissão dos conservadores e às competências e funções dos funcionários, tornando possível a consulta pública”⁵⁹, mas, somente para os estudiosos a quem os conservadores deviam dar apoio. Nesta altura, a estrutura da “Inspeção das Bibliotecas e Arquivos”, é igualmente alterada, como também se reforma a estrutura do curso de bibliotecário arquivista, introduzindo-se igualmente elementos novos em matéria de bibliotecas escolares.⁶⁰

Como podemos verificar, vão surgindo tentativas de criar condições para uma melhor organização da documentação, permitindo o acesso através da criação de instrumentos, para uma aparente abertura à consulta pública dos documentos, todavia, ainda muito seletiva, recebendo só os eruditos em detrimento do público em geral, e secundarizando o acesso relativamente à contínua supremacia de uma política de controlo da documentação que se arrasta desde a implementação do Arquivo Nacional.

Podemos afirmar que só em 1910, com a implantação do regime Republicano de 5 de outubro, se permitiu uma outra reforma que, com uma nova perspetiva de pensar a cultura, abriu as bibliotecas e os arquivos (estes de forma mais tímida) ao povo, no sentido de os tornar universidades livres. Assim, e dentro deste espírito surge o Decreto de 18 de março de 1911⁶¹ que reorganizou os serviços das bibliotecas e dos arquivos⁶². Acentuando a função de conservação e valorização dos manuscritos destinados ao estudo da História, bem como a função de promover a entrada de cópias de manuscritos portugueses existentes no estrangeiro, estabelecendo, pela primeira vez, um horário de abertura ao público, verificando-se uma pequena aproximação do acesso ao público em

⁵⁶ RIBEIRO, Fernanda (1998) – O Acesso à informação nos arquivos. Op.cit. p.586 -622.

⁵⁷ RIBEIRO, Fernanda (1998) – O Acesso à informação nos arquivos. Op.cit. p.589.

⁵⁸ Este regulamento criou também uma nova secção na Biblioteca Nacional, denominada “Archivo de Marinha e Ultramar” para incorporar mais documentação em particular deste âmbito. In RIBEIRO, Fernanda (1998) – O Acesso à informação nos arquivos

⁵⁹ Dependentes da “Direcção Geral da Instrução Secundária, Superior e Especial”.

⁶⁰ De acordo com o “Roteiro de fontes da História Portuguesa Contemporânea. In RIBEIRO, Fernanda (1998) – O Acesso à informação nos arquivos. Op.cit. p.592.

⁶¹ Para uma melhor compreensão sobre esta designação ver RIBEIRO, Fernanda (1998) – O Acesso à informação nos arquivos. Op.cit.p. 592- 593.

⁶² Que se voltou essencialmente para as incorporações, como se pode verificar a partir dos artigos que escreveu nos “Anais das Bibliotecas e Arquivos de Portugal” e pela série de diplomas legislativos, que produziu para legitimar a política incorporacionista no Arquivo Nacional da documentação proveniente dos cartórios notariais, judiciais e paroquiais anteriores a 1870, de acordo com o decreto de 12 de outubro de 1912. In RIBEIRO, Fernanda (1998) – O Acesso à informação nos arquivos. Op.cit. p.619.

geral.

Criou⁶³, igualmente o “Arquivo das Secretarias de Estado”⁶⁴, para resolver o problema da documentação acumulada proveniente da administração central, de organismos extintos e acumulados nos ministérios, que se manteve e resolvido, em parte, com a criação do Arquivo Histórico do Ministério das Finanças, através do Decreto-Lei nº 28.127, de 17 de novembro de 1937.

Contudo, verificou-se que esta reforma deu continuidade à lei de 1862, não realizando na generalidade alterações significativas no que diz respeito às políticas de incorporações, que são agora da responsabilidade da “Inspeção das Bibliotecas Eruditas e Arquivos”, por iniciativa de Júlio Dantas, considerado o grande dinamizador deste organismo⁶⁵. “Apesar de ter posto em prática, de forma sistemática, as ideias e ações conducentes à transferência em massa da documentação de interesse histórico para tutela do Estado, de acordo com a lei que determinava a sua incorporação no Arquivo Nacional”⁶⁶, percebeu que teria que criar outros arquivos, anexos a este como por exemplo, com as primeiras iniciativas para o estabelecimento dos arquivos distritais, em 1917.

Todavia, como podemos verificar estas reformas iam-se realizando lentamente ora, através da publicação do Decreto de 11 de Setembro de 1913⁶⁷, considerado como uma inovação e uma evolução na tentativa de organização dos serviços de arquivos e bibliotecas, registadas por António Ferrão, ao dotá-los de pessoal com alguma formação prática, ora, a partir da publicação do Decreto nº 4.312, de 8 de Maio de 1918⁶⁸, que impôs uma revisão da lei dos serviços de arquivos e bibliotecas, concretamente em relação ao sistema de catalogação que deveria ser adotado nos arquivos, o qual se previa que fosse uniforme com o que já era usado nas bibliotecas desde 1912⁶⁹, e um reforço das competências técnicas, com a remodelação do Curso Superior de Bibliotecário-Arquivista.⁷⁰

“Nesta reforma importa ainda sublinhar a ênfase dada às questões técnicas, e à autonomia técnica e administrativa conferida à Biblioteca Nacional pelo Decreto nº 3.886, de 6 de março de 1918 e ao Arquivo Nacional pelo Decreto nº 4.311, de 8 de maio de 1918”²⁶¹.

Ora, através da publicação do Decreto de 27 de Maio de 1927⁷¹, (após o golpe

⁶³ RIBEIRO, Fernanda (1998) – O Acesso à informação nos arquivos. Op.cit. p.598.

⁶⁴ Que cria o “Estágio de Arquivistas-destinado «(...) ao pessoal, a cujo cargo se encontram ou venham a encontrar-se todos os arquivos que direta ou indiretamente dependam das Secretarias Gerais dos Ministérios do Interior, Justiça, Finanças, Marinha, Estrangeiros, Fomento, Colónias e Instrução Pública» In RIBEIRO, Fernanda (1998) – O Acesso à informação nos arquivos. Op.cit. p.601..

⁶⁵ PORTUGAL. Leis, decretos, etc. - Decreto nº 4:312 -Op. cit.

⁶⁶ Publicado no Diário do Governo de 30 de agosto de 1912.

⁶⁷ Instituído na Faculdade de Letras de Lisboa, o qual vê o seu regulamento aprovado por Decreto nº 4.885, de 5 de outubro de 1918 1. PORTUGAL. Leis, decretos, etc. - Decreto nº 4:885. Diário do Govêrno. 1ª série. Lisboa. 222 (11 Out. 1918) 1781.

⁶⁸ PORTUGAL. Leis, decretos, etc. - Ministério da Instrução Publica: Direcção Geral do Ensino Superior: Decreto nº 13:724. Diário do Govêrno. 1ª série. Lisboa. 114 (3 jun. 1927) 881-901.

⁶⁹ RIBEIRO, Fernanda (1998) – O Acesso à informação nos arquivos. Op.cit. p.606-610.

⁷⁰ C.f. RIBEIRO. Op.cit p. 611.

⁷¹ (artº 10º) “(...) Os arquivos gerais, técnica e administrativamente [...] eram o Arquivo Nacional da Torre do Tombo (com respectivos anexos, Arquivo dos Feitos Findos e Arquivo dos Registos Paroquiais), o Arquivo Distrital do Porto [...] o Arquivo Distrital de Coimbra [...], os arquivos distritais de Braga, Évora, Leiria, Bragança e Ponta Delgada (...)”. (artº 13º) “Os arquivos especiais [...] eram os dos Ministérios, dos

militar de 28 de Maio de 1926, instaurador da ditadura que deu origem a substanciais alterações político-sociais), que de acordo com Fernanda Ribeiro promoveu através do Estado uma maior autonomia e descentralização dos serviços, nomeadamente no concernente ao Arquivo Nacional da Torre do Tombo, ao qual já haviam sido atribuídas funções de arquivo distrital para Lisboa e Santarém assim como o Arquivo da Universidade de Coimbra que, desde 1917, já exercia na prática tais funções⁷². Reformulou o curso superior de bibliotecário-arquivista na Faculdade de Letras de Lisboa. Foi ainda recomendada a simplificação dos serviços, de modo a apressar a atualização dos catálogos, a modernização das coleções, servindo as solicitações do público, que é o fim último de toda a organização bibliotecária e arquivística, mas remetendo esta responsabilidade financeira para as Juntas Gerais de Distrito, resultando num atraso que durou décadas. Como podemos verificar existe uma preocupação em que o público, no sentido em o arquivo só faz sentido se satisfazer as necessidades destes, no entanto e por razões também orçamentais, continuamos a assistir a uma mediação de custódia, implícita, focalizada sempre para o controlo dos documentos, como identificação e legitimadora do Estado e da Nação secundarizando os utilizadores.

Este espírito fortemente centralista do ponto de vista político, foi-se repetindo com a publicação do Decreto nº 19.952, de 27 de junho de 1931 visou, antes de tudo, reorganizar a Inspeção das Bibliotecas e Arquivos, “num sentido de grande ampliação das suas atribuições”⁷³, extinguindo a Inspeção das Bibliotecas Populares e Móveis. Centralizou as funções de orientação e de fiscalização dos arquivos e das bibliotecas, implementou medidas em favor da “uma melhor organização dos serviços” classificando os arquivos em três ordens: “1º Arquivos gerais; 2º Arquivos especiais; 3º Arquivos municipais e paroquiais”, determinando a sua dependência da Inspeção das Bibliotecas e

tribunais civis e militares, do Tribunal de Contas, das Universidades e de quaisquer outras escolas de qualquer grau e todos os outros pertencentes a organismos de administração pública, às corporações científicas e a outras subvencionadas ou subsidiadas pelo Estado” (artº 14º) “Quanto aos arquivos das juntas gerais do distrito, dos municípios e das juntas de freguesia, a Inspeção exercerá as suas funções sobre o acondicionamento, a arrumação, a conservação, o inventário e a catalogação das espécies, fazendo recolher aos arquivos do Estado os fundos que contenham documentos com mais de 50 anos e que não estejam convenientemente conservados e inventariados”. In RIBEIRO, Fernanda (1998) – O Acesso à informação nos arquivos. Op.cit. p.612.

⁷² artº26) «(...) “a) Os cartórios paroquiais; - b) Os cartórios notariais; - c) Os cartórios das Sés, colegiadas e cabidos; -d) Os processos cíveis, crimes e orfanológicos findos-e) Os papéis dos extintos mosteiros, existentes nas inspecções e repartições de finanças;-f) Os papéis das repartições extintas e serviços cessantes; -g) Os documentos das congregações religiosas extintas em 1911, ainda em poder das comissões locais de administração dos bens das igrejas; -h) Todos os outros documentos que, nos termos da lei geral do País, devem recolher aos arquivos do Estado”. Determinava se ainda que “as câmaras municipais, confrarias, Misericórdias, hospitais.» In RIBEIRO, Fernanda (1998) – O Acesso à informação nos arquivos. Op.cit. p..613.

⁷³ (artº 29) (...)« A Inspeção promoverá todas as diligências convenientes junto das câmaras municipais e de outras entidades ou pessoas, a cujo cargo ou guarda estejam importantes fundos documentais, para que estes sejam convenientemente arrumados, conservados e catalogados, constituindo arquivos locais acessíveis aos estudiosos, a não ser que os municípios, entidades ou pessoas que a seu cargo tiveram tais manuscritos, queiram fazer entrar estes nos arquivos gerais do estado ou no respectivo arquivo distrital, efectuando-se, nesse caso, o mais rapidamente possível tais transferências e incorporações.» Ou outras entidades poderão depositar, no todo ou em parte, os documentos dos seus cartórios no arquivo distrital da sede do distrito ou nos arquivos gerais do Estado. Alguns anos depois, nos Anais das Bibliotecas e Arquivos, é feito o ponto da situação quanto às incorporações nos arquivos distritais (ver: Arquivos Distritais: estado das incorporações no primeiro trimestre de 1937. Anais das Bibliotecas e Arquivos. Lisboa. 2ª série. 12:47/48 (jan.-jun. 1937) 113-136). In. RIBEIRO, Fernanda (1998) – O Acesso à informação nos arquivos. Op.cit. p.613

Arquivos⁷⁴. Estabeleceu o que neles deveria ser incorporado⁷⁵, promovendo todas as diligências para que estes sejam convenientemente arrumados, conservados e catalogados, constituindo arquivos locais acessíveis aos estudiosos⁷⁶.

Em 30 de Maio de 1933, António Ferrão, como dirigente da Inspeção e grande dinamizador da arquivística e da biblioteconomia na primeira metade do século XX, em Portugal, conseguiu que fossem publicadas no Diário do Governo “as Instruções provisórias para a elaboração de roteiros ou índices topográficos dos arquivos ou secções de manuscritos das bibliotecas”⁷⁷ Ainda em relação a este decreto, podemos salientar as remodelações do Curso Superior de Bibliotecário- Arquivista⁷⁸ e, em 1935 a instituição deste curso na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

Como vimos e devido ao contexto político que se viveu, os arquivos e a Arquivística não viram surgir, durante quase duas décadas, nada de novo, excetuando alguma reação de alguns investigadores⁷⁹ e profissionais da área⁸⁰, que através de publicações como por exemplo os Cadernos de Biblioteconomia e Arquivística. Estes profissionais acionaram a promulgação do Decreto-Lei nº 46.350, de 22 de maio de 1965⁸¹.

Com efeito, veio introduzir variadas disposições relativamente às bibliotecas e aos arquivos, promovendo uma alteração estrutural ao quadro vigente desde 1931, como por exemplo a extinção da “Inspeção” como organismo autónomo; a alteração da dependência das bibliotecas e arquivos para a dependência direta da Direção- Geral do Ensino Superior e das Belas-Artes, procurando conjugar a ação desta com a 3ª Secção da Junta Nacional de Educação, responsável pela defesa, proteção e enriquecimento do património bibliográfico e documental⁸². Importante, também foi a valorização dada aos aspetos técnicos nas bibliotecas e arquivos “(...) O tratamento técnico documental (trabalhos de inventariação e catalogação) era considerado como prioritário, sendo também dada ênfase à “publicação dos catálogos, inventários, índices e roteiros dos estabelecimentos”⁸³ e, a imposição da demonstração de habilitações do curso de bibliotecário-arquivista⁸⁴ para alcançar provimento definitivo. Como vimos, começa-se a dar mais importância e de uma forma mais consistente à necessidade de uma formação

⁷⁴ Serviram como “o único exemplo de normalização arquivística nesta área até 1989, ano em que o Instituto Português de Arquivos divulgou as primeiras versões da ARQBASE. In RIBEIRO, Fernanda (1998) – O Acesso à informação nos arquivos. Op.cit. p.617.

⁷⁵ PORTUGAL. Leis, decretos, etc. - Ministério da Instrução Pública: Direção Geral do Ensino Superior e das Belas Artes: Portaria nº 7:588. Diário do Governo. 1ª série. Lisboa. 119 (30 maio 1933) 922-924.

⁷⁶ Publicado em: Diário do Governo. 1ª série. Lisboa. 224 (23 Set. 1932) 1.936-1.937.

⁷⁷ Ver, por exemplo, o trabalho de: RAU, Virgínia (1953) – Arquivos de Portugal: Lisboa. In Colóquio Internacional de Estudos luso-Brasileiros, Washington, 1950 - Atas. Nashville: The Vanderbilt University Press. p. 189-213.

⁷⁸ Sobre a atividade dos profissionais nesta época, ver: REAL, Manuel Luís (1987) – Gestão do património arquivístico nacional. In Congresso Nacional de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas, 2.º, Coimbra, 1987 – A Integração europeia: um desafio à informação: actas Coimbra: Livraria Minerva. p. 207-246.

⁷⁹ PORTUGAL. Leis, decretos, etc. – Decreto n.º 46 349. Diário do Governo. 1.ª série. Lisboa. 114 (22 Maio 1965) 711-718.

⁸⁰ Ver: MARIZ, José - Introdução. In Recenseamento dos arquivos locais: Câmaras Municipais e Misericórdias. Vol. 1 - Distrito de Lisboa (op. cit.) p. XI-XVIII. In. RIBEIRO, Fernanda (1998) – O Acesso à informação nos arquivos. Op.cit. p.. 625.

⁸¹ RIBEIRO, Fernanda (1998) – O Acesso à informação nos arquivos. Op.cit. p. 627.

⁸² Organização dos serviços das bibliotecas e arquivos: Decreto-Lei nº 46.350. Bibliotecas e Arquivos de Portugal. Lisboa. 1 (1969).

⁸³ RIBEIRO, Fernanda (1998) – O Acesso à informação nos arquivos. Op.cit. p. 627.

⁸⁴ Organização dos serviços das bibliotecas e arquivos: Decreto-Lei nº 46.350. Bibliotecas e Arquivos de Portugal. Lisboa. 1 (1969).

certificada, à necessidade de produzir e publicar os instrumentos de pesquisa para facilitar o controlo da documentação, mas também para dar a conhecer o que estava custodiado, algo que pela primeira vez, nestes arquivos, passou a ter carácter de prioridade.

Chegados aos anos 70⁸⁵, salientamos alteração dos serviços das bibliotecas e arquivos que ficam sob a tutela da Direcção-Geral dos Assuntos Culturais segundo o Decreto-Lei nº 582/73, de 5 de Novembro⁸⁶ e, alguns diplomas referentes ao estatuto profissional dos bibliotecários, arquivistas e documentalistas⁸⁷ e de alguns diplomas relativos à microfilmagem e eliminação de documentos.⁸⁸ É igualmente importante destacar alguns grupos de trabalho criados em 1973 concretamente, no âmbito da Associação Portuguesa de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas (BAD) e também os Encontros Nacionais de Bibliotecários e Arquivistas em 1974, 1978 e 1979, que transformados em congressos, no início da década de 1980, se mantêm até à atualidade.

Só nos anos 80, se começou a alterar a situação de passividade com a criação do Departamento de Bibliotecas, Arquivos e Serviços de Documentação,⁸⁹ no âmbito do recém-criado Instituto Português do Património Cultural, através do Decreto-Lei nº 59/80, de 3 de abril, que, segundo Fernanda Ribeiro “(...) veio criar as condições para se começar a inverter o processo de estagnação a que este sector estava votado há muitos anos”⁹⁰. Neste sentido, promulgaram-se leis, nomeadamente: o Decreto-Lei nº 149/83, de 5 de Abril, aplicável aos arquivos distritais, definindo as várias atribuições daqueles arquivos; (que iremos desenvolver no ponto 7 deste mesmo capítulo) a lei⁹¹ que promulga a lei orgânica do Arquivo Nacional da Torre do Tombo, que lhe conferiu autonomia administrativa, desligando-o, portanto, da tutela do Instituto Português do Património Cultural; a promulgação da Portaria nº 503/86, de 9 de Setembro, regulamentadora dos prazos de conservação e do regime de seleção e inutilização dos documentos das autarquias locais. Ainda, se realizaram outras iniciativas como a publicação de estudos⁹², como de que é exemplo: o “Roteiro das Bibliotecas e Arquivos dependentes administrativamente do Instituto Português do Património Cultural, ou ainda a criação em simultâneo dos Cursos de Especialização em Ciências Documentais⁹³ nas Faculdades de Letras das Universidades de Coimbra e Lisboa, e, em 1985, na Universidade do Porto no sentido de desencadear uma nova dinâmica, nos meios arquivísticos, como referem Manuel Real⁹⁴ e Fernanda Ribeiro.⁹⁵

⁸⁵ Ver: REAL, Manuel Luís - Gestão do património arquivístico nacional (op. cit.) p. 216-218. Pode-se encontrar uma caracterização bastante completa sobre o que de mais importante ocorreu neste período.

⁸⁶ Decreto-Lei nº 280/79, de 10 de agosto.

⁸⁷ PORTUGAL. Leis, decretos, etc. - Decreto Regulamentar nº 34/80, de 2 de agosto. Diário da República. 1ª série. Lisboa. 177 (2 ago. 1980) 1.990-2.009.

⁸⁸ RIBEIRO, Fernanda (1998) - O Acesso à informação nos arquivos. Op.cit. p.627.

⁸⁹ Cf Decreto-Lei nº 424/85, de 22 de outubro

⁹⁰ Sobre o problema das massas documentais acumuladas, sem qualquer avaliação e triagem, no âmbito da administração pública. Ver: CARDOSO, Maria Teresa Araújo de Andrade (1985) - O Arquivo geral da administração: depósito de pré-arquivagem da administração central: proposta de criação. Bibliotecas, Arquivos e Museus. Lisboa. Vol. 1, n.º 2 (jul.-dez.), p. 433-483.

⁹¹ Decreto nº 87/82, de 13 de julho.

⁹² Ver: REAL, Manuel Luís - Gestão do património arquivístico nacional. Op. cit. p. 223-225.

⁹³ RIBEIRO, Fernanda (1998) - O Acesso à informação nos arquivos. Op.cit. p. 622-643.

⁹⁴ Pelo Decreto-Lei nº 152/88, de 29 de Abril, retirando ao Instituto Português do Património Cultural as suas competências em matéria arquivística.

⁹⁵ RIBEIRO, Fernanda (1998) - O Acesso à informação nos arquivos. Op.cit. p. 622-643.

No entanto, foi após a criação⁹⁶ do Instituto Português de Arquivos, em 1988, que, e ainda segundo, Fernanda Ribeiro se verificou uma evolução notável “(...) a todos os níveis, da Arquivística e dos arquivos”⁹⁷. Este teve como o objetivo planejar e estabelecer um sistema nacional de arquivos, visando a coordenação e execução de uma política arquivística integrada, excetuando o Arquivo Distrital de Lisboa e o próprio Arquivo Nacional que ficaram fora desta rede nacional de arquivos.

Neste sentido, convém referir algumas iniciativas deste organismo⁹⁸: que surge numa época em que é crescente a consciencialização da necessidade da introdução de normas gerais para se proceder à seleção, classificação, preservação e eliminação dos documentos como forma de dar solução ao crescente avolumar da documentação produzida pela Administração Pública (PA), sendo-lhe atribuída a incumbência de, ao nível da introdução dos novos meios técnicos informáticos nos serviços dos arquivos, “ (...) coordenar a articulação dos arquivos definitivos com os arquivos da administração corrente.”⁹⁹ Promulgando-se assim as “(...) disposições legais relativas à publicação das portarias que orientam a avaliação, seleção e eliminação da documentação que deixa de ter interesse administrativo”.¹⁰⁰ Tal como desenvolveu uma aplicação informática, designado como ARQBASE, consonante com o procedimento de descrição de documentos em arquivos históricos que permitiu a elaboração de instrumentos de acesso à informação, que foi usada, numa fase inicial nos ADs, substituída posteriormente pelo DigitArq e mais tarde e só em alguns pelo CRAV.

Como verificamos a evolução da política nacional de arquivos, estendeu-se à produção dos documentos e à gestão dos arquivos correntes, à avaliação e seleção documental e aos arquivos intermédios, refletiu-se no Decreto-Lei nº 106-G/92 de 1 de junho, com a mudança do nome do Arquivo Nacional, passando a Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo¹⁰¹ (AN/TT), dando-se a centralização e a gestão de todos os serviços de arquivo do Estado (arquivos distritais e nacionais) neste novo organismo. Assumindo o AN/TT as competências na área do “tratamento e conservação dos documentos emanados da administração central e de toda a documentação de interesse histórico cultural de âmbito nacional e internacional”¹⁰² passa a ser o Órgão responsável pela política arquivística nacional.

Verificou-se a promulgação da “lei de bases dos arquivos”, através do Decreto- Lei nº 16/93, de 23 de Janeiro¹⁰³, instituindo a lei definidora do “regime geral dos arquivos e

⁹⁶ Para um estudo mais aprofundado ver RIBEIRO, Fernanda (1998) – O Acesso à informação nos arquivos. Op.cit. p 641-643.

⁹⁷ Cf. Decreto-Lei n.º 152/88, de 29 de janeiro, p.1710.

⁹⁸ Decreto-Lei nº 447/88, de 10 de Dezembro. Que veio acrescentar, à legislação anterior, (nomeadamente o DL 29/72, de 24 de janeiro, que surge com o objetivo de pôr cobro às necessidades sentidas em relação à inutilização e microfilmagem dos documentos de arquivo) padrões de maior exigência no processo de publicação das Portarias de Gestão de Documentos.

⁹⁹ Criado através do DL n.º 106-G/92, de 1 de junho. O qual veio adquirir as competências do IPA e do Arquivo Nacional Torre do Tombo (Que assumia competências na área do “tratamento e conservação dos documentos emanados da administração central e de toda a documentação de interesse histórico-cultural de âmbito nacional e internacional” (alínea 1 do artigo 1º do DL 424/85, de 22 de outubro, p.3492). Passa a ser o Órgão responsável pela política arquivística nacional.

¹⁰⁰ C.f alínea 1 do artigo 1º do DL 424/85, de 22 de outubro, p.3492.

¹⁰¹ Ver: PORTUGAL. Leis, decretos, etc. - Decreto-Lei nº 16/93, de 23 de Janeiro. Diário da República. 1ª série. Lisboa. 19 (23Jan. 1993) 264-270).

¹⁰² Lei n.º 65/93, de 26 de agosto.

¹⁰³ Através do Decreto-Lei nº 42/96, de 7 de maio e, de acordo com a lei orgânica publicada no Decreto-Lei n.º 60/97, de 20 de março.

do património arquivístico”, mas publicada só em 1993, (já extinto o IPA, no ano anterior). Este diploma foi considerado fundamental para uma política arquivística nacional coordenada. Como se pode verificar pelos seus princípios “[...] de disciplinar normativamente a garantia da sua valorização, inventariação e preservação, como bens fundamentais que corporizam a cultura portuguesa. Visa-se, com a sua aprovação, definir os princípios que devem presidir à sua organização, inventariação, classificação e conservação, ou seja, às operações que permitem a guarda, o acesso e o uso desse património, sem as quais permaneceria inútil, bem como a punição de actos de destruição, alienação, exportação ou ocultação, tendo em vista a sua defesa”. Estabelece ainda, no n.º 2 do artigo 15º que os “critérios de avaliação e de selecção, bem como os prazos de conservação e a forma de eliminação de documentos são definidos por decreto regulamentar.”

Ainda, no mesmo ano, publica-se a lei que regula o acesso aos documentos administrativos e a sua reutilização¹⁰⁴ (vulgarmente conhecida por LADA), a qual foi posteriormente alterada pela Lei n.º 8/95, de 29 de março, e pela Lei n.º 94/99, de 16 de julho). No seu artigo 7º, n.º 4, é referido que “o depósito dos documentos administrativos em arquivos não prejudica o exercício, a todo o tempo, do direito de acesso aos referidos documentos.” (disposição que, todavia, já se não encontra na lei posterior). No entanto, a existência deste ponto era sintomática da importância da organização do arquivo como forma de responder quer às necessidades internas do serviço como externas do cidadão.

No ano de 1997, o (IPA) foi convertido no Instituto dos Arquivos Nacionais / Torre do Tombo¹⁰⁵ (IAN/TT), competindo-lhe promover e executar a política arquivística nacional, nas suas vertentes de conservação e valorização do património arquivístico nacional, de promoção da qualidade dos arquivos correntes, e da salvaguarda e garantia dos direitos do Estado e dos cidadãos. Dando uma nova dinâmica ao processo de gestão documental na AP, dinamizado pela criação de um grupo de trabalho na área da gestão de documentos que veio contribuir para o desenvolvimento e implementação de sistemas de gestão de documentos na Administração Pública. Neste sentido, o IAN/TT publicou um conjunto de documentos técnicos e normativos a fim de poder responder aos problemas da documentação acumulada, da gestão de documentos e ligados aos desafios introduzidos pelas TIC.¹⁰⁶

Em 2007, a sua identidade própria, do então IAN/TT foi recuperada, pelo¹⁰⁷e

¹⁰⁴ MEDEIROS, Helena [et. al.] (1998) – Gerir documentos em Portugal: como e para quê? In Bibliotecas e arquivos na sociedade de informação: estratégias para o século XXI: comunicações de arquivo e sessões conjuntas. Lisboa: BAD. vol. 1. (1998), p. 149.

¹⁰⁵ Para uma informação mais detalhada sobre os documentos produzidos pela DGALB. Consultar o sítio web da Documentos Técnicos e Normativos [em linha] Disponível em URL WWW <http://arquivos.dglab.gov.pt/servicos/documentos-tecnicos-e-normativos/lista-de-documentos/> [Consultado em 12 de outubro de 2013].

¹⁰⁶ Cf. Portaria n.º 192/2012 de 19 de Junho, e o Despacho n.º 9339/2012 de 11 de Julho.

¹⁰⁷ O RODA é um repositório digital que incorpora todas as funcionalidades exigidas pelo modelo de referência OAIS. O RODA é capaz de incorporar, gerir e dar acesso a vários tipos de material digital produzido no âmbito da atividade de grandes empresas ou organismos públicos é baseado em tecnologias open-source e é suportado pelas normas OAIS, EAD, METS e PREMIS. Para além do disposto, implementa ainda um workflow de ingestão configurável, que não só valida os pacotes depositados, como também permite a avaliação e selecção do material por parte dos profissionais de arquivo. Permite a recuperação de informação de múltiplas formas – pesquisa básica, pesquisa avançada, navegação por plano de classificação, apresentação de representações em visualizadores especializados ou download de ficheiros. O módulo de administração permite aos gestores do repositório editar metadados descritivos, lançar ações de preservação (e.g. verificações de integridade, migração de formatos, entre outros), controlar os acessos por

novamente designado por Arquivo Nacional da Torre do Tombo constituindo-se como já referimos, enquanto arquivo de âmbito nacional na dependência da Direcção-Geral de Arquivos DGARQ¹⁰⁸ e como órgão de tutela em relação aos arquivos de âmbito regional (distritais), mas sem autonomia administrativa até ao ano de 2009, através do Decreto-Lei nº 84/2009 de 2 de abril, que altera o Decreto-Lei nº 93/2007 e atribui autonomia administrativa aos Arquivos Dependentes da DGARQ.

Em suma, o Arquivo Nacional da Torre do Tombo prossegue as suas atribuições e missão, no que diz respeito: “(...) à promoção da salvaguarda, valorização, divulgação, acesso e fruição do património arquivístico e do património fotográfico, garantindo a gestão de acervos à sua guarda, e os direitos do Estado e dos cidadãos nele consubstanciados, à sua utilização como recurso da atividade administrativa e fundamento da memória coletiva e individual, à aplicação das disposições integrantes da lei de bases da política e do regime de proteção e valorização do património cultural e demais legislação regulamentar, nomeadamente no que respeita ao património arquivístico e ao património fotográfico.”¹⁰⁹ Compete-lhe ainda garantir a integração de património arquivístico e fotográfico, que a qualquer título lhe seja atribuído; aceitar as formas de aquisição (por doação, herança e legado desde que previamente autorizados pelo membro do Governo responsável pela área da Cultura, por dação, depósito, incorporação, permuta ou reintegração).

Como vimos, durante o século XX e inícios do século XXI, o Arquivo Nacional registou sucessivas alterações legais mas também cresceu significativamente com a integração de diversos serviços de arquivo: o Arquivo dos Feitos Findos (em 1915 por Decreto n.º 1659, de 15 de junho), o Arquivo dos Registos Paroquiais, acumulando as

parte de utilizadores, consultar estatísticas, logs de acesso, entre muitas outras opções. Todas as ações realizadas no repositório são automaticamente registadas por razões de segurança ou responsabilização. Também é compatível com o TRAC. Cf. Informação disponível no sítio da KeepSolutions [em linha] 2013 [Disponível em [www.url< http://www.keep.pt/produtos/roda/](http://www.keep.pt/produtos/roda/)] [Consultado em 10 de novembro de 2013].

¹⁰⁸ O “Projeto TT Online”, desenvolvido com o apoio do Programa Operacional da Cultura, foi uma iniciativa da então Direcção-Geral de Arquivos (DGARQ) que visa a divulgação e disponibilização, na Internet, das suas principais fontes arquivísticas, decisivas para a compreensão histórica de Portugal e do Mundo. Na sua primeira versão, aberta ao público dia 1 de Julho de 2005, disponibiliza aos seus utilizadores mais de 52.500 documentos, que incluem alguns dos principais Tesouros da Torre do Tombo e documentação proveniente do Corpo Cronológico, do Arquivo de Oliveira Salazar, da Companhia de Moçambique. Com a sua concretização, o Arquivo Nacional cumpre uma das suas mais importantes missões: facilitar o acesso aos fundos documentais à sua guarda, potencializando, através da Internet, esses conteúdos em benefício da investigação e do conhecimento do Património e da Cultura, no seio da comunidade nacional e internacional. Visa a divulgação e disponibilização, na Internet, das principais fontes arquivísticas da Torre do Tombo, decisivas para a compreensão histórica de Portugal e do Mundo. Cf. sítio da DGLAB [em linha] [Consultado em 25 de junho de 2013] Disponível na internet [www.URL< http://arquivos.dglab.gov.pt/rede-portuguesa-de-arquivos/pesquisar-arquivos/projeto-tt-online/](http://arquivos.dglab.gov.pt/rede-portuguesa-de-arquivos/pesquisar-arquivos/projeto-tt-online/)

¹⁰⁹ O “Projeto TT Online”, desenvolvido com o apoio do Programa Operacional da Cultura, foi uma iniciativa da então Direcção-Geral de Arquivos (DGARQ) que visa a divulgação e disponibilização, na Internet, das suas principais fontes arquivísticas, decisivas para a compreensão histórica de Portugal e do Mundo. Na sua primeira versão, aberta ao público dia 1 de Julho de 2005, disponibiliza aos seus utilizadores mais de 52.500 documentos, que incluem alguns dos principais Tesouros da Torre do Tombo e documentação proveniente do Corpo Cronológico, do Arquivo de Oliveira Salazar, da Companhia de Moçambique. Com a sua concretização, o Arquivo Nacional cumpre uma das suas mais importantes missões: facilitar o acesso aos fundos documentais à sua guarda, potencializando, através da Internet, esses conteúdos em benefício da investigação e do conhecimento do Património e da Cultura, no seio da comunidade nacional e internacional. Visa a divulgação e disponibilização, na Internet, das principais fontes arquivísticas da Torre do Tombo, decisivas para a compreensão histórica de Portugal e do Mundo. Cf. sítio da DGLAB [em linha] [Consultado em 25 de junho de 2013] Disponível na internet [www.URL< http://arquivos.dglab.gov.pt/rede-portuguesa-de-arquivos/pesquisar-arquivos/projeto-tt-online/](http://arquivos.dglab.gov.pt/rede-portuguesa-de-arquivos/pesquisar-arquivos/projeto-tt-online/)

funções de Arquivo Distrital de Lisboa (desde 1918 até 1992), o Arquivo das Congregações (em 1930), o Arquivo Histórico do Ministério das Finanças (em 1992), a documentação das Secretarias de Estado, que estava depositada, desde os anos 40, no antigo Convento das Trinas, à Estrela, mencionada já no artigo 25.º da Lei de Março de 1911, para além das múltiplas entradas de documentos, provenientes de diversas instituições públicas, de arquivos senhoriais, e pessoais, muitos deles adquiridos por compra, nomeadamente o Centro Português de Fotografia.

Sendo um arquivo central do Estado que preserva documentos originais desde o século IX até à atualidade, cabe-lhe, por consequência da sua perenidade, preservar também os novos arquivos eletrónicos no âmbito de atuação do organismo, a par do mandato explícito para dar execução à lei que estabelece as bases da política e do regime de proteção e valorização do património cultural, na sua vertente de património arquivístico e património fotográfico. Como medidas implementadas e documentos normativos, consultar os sítios web da DGLAB sobre o projeto “Repositório de Objetos Digitais Autênticos” (RODA)¹¹⁰ ou o Projeto TT Online,¹¹¹ entre outros.

No que se refere à DGARQ,¹¹² esta estabeleceu-se desde 2007, como um serviço central integrado na administração direta do Estado, com a responsabilidade de coordenar o sistema nacional de arquivos, independentemente da forma e suporte de registo. Nomeadamente em relação aos arquivos distritais, tem por missão “(...) estruturar, promover e acompanhar de forma dinâmica e sistemática a intervenção do Estado no âmbito da política arquivística, administrar as medidas adequadas à concretização da política e do regime de proteção e valorização do património cultural,

¹¹⁰ O RODA é um repositório digital que incorpora todas as funcionalidades exigidas pelo modelo de referência OAIS. O RODA é capaz de incorporar, gerir e dar acesso a vários tipos de material digital produzido no âmbito da atividade de grandes empresas ou organismos públicos é baseado em tecnologias open-source e é suportado pelas normas OAIS, EAD, METS e PREMIS. Para além do disposto, implementa ainda um workflow de ingestão configurável, que não só valida os pacotes depositados, como também permite a avaliação e selecção do material por parte dos profissionais de arquivo. Permite a recuperação de informação de múltiplas formas – pesquisa básica, pesquisa avançada, navegação por plano de classificação, apresentação de representações em visualizadores especializados ou download de ficheiros. O módulo de administração permite aos gestores do repositório editar metadados descritivos, lançar ações de preservação (e.g. verificações de integridade, migração de formatos, entre outros), controlar os acessos por parte de utilizadores, consultar estatísticas, logs de acesso, entre muitas outras opções. Todas as ações realizadas no repositório são automaticamente registadas por razões de segurança ou responsabilização. Também é compatível com o TRAC. Cf. Informação disponível no sítio da KeepSolutions [em linha] 2013 [Disponível em [www.url< http://www.keep.pt/produtos/roda/](http://www.keep.pt/produtos/roda/) [Consultado em 10 de novembro de 2013].

¹¹¹ O “Projeto TT Online”, desenvolvido com o apoio do Programa Operacional da Cultura, foi uma iniciativa da então Direção-Geral de Arquivos (DGARQ) que visa a divulgação e disponibilização, na Internet, das suas principais fontes arquivísticas, decisivas para a compreensão histórica de Portugal e do Mundo. Na sua primeira versão, aberta ao público dia 1 de Julho de 2005, disponibiliza aos seus utilizadores mais de 52.500 documentos, que incluem alguns dos principais Tesouros da Torre do Tombo e documentação proveniente do Corpo Cronológico, do Arquivo de Oliveira Salazar, da Companhia de Moçambique. Com a sua concretização, o Arquivo Nacional cumpre uma das suas mais importantes missões: facilitar o acesso aos fundos documentais à sua guarda, potencializando, através da Internet, esses conteúdos em benefício da investigação e do conhecimento do Património e da Cultura, no seio da comunidade nacional e internacional. Visa a divulgação e disponibilização, na Internet, das principais fontes arquivísticas da Torre do Tombo, decisivas para a compreensão histórica de Portugal e do Mundo. Cf. sítio da DGLAB [em linha] [Consultado em 25 de junho de 2013] Disponível na internet [www.URL< http://arquivos.dglab.gov.pt/rede-portuguesa-de-arquivos/pesquisar-arquivos/projeto-tt-online/](http://arquivos.dglab.gov.pt/rede-portuguesa-de-arquivos/pesquisar-arquivos/projeto-tt-online/)

¹¹² Decreto-Lei n.º 93/2007, de 29 de Março, definiu a missão, atribuições e tipo de organização interna da Direcção Geral de Arquivos (DGARQ), tendo as Portarias n.ºs 372/2007 e 394/2007, ambas de 29 de Março, estabelecido a sua estrutura orgânica nuclear e respectivas competências, bem como o limite máximo das unidades orgânicas flexíveis.

promover a salvaguarda, valorização, divulgação, acesso e fruição do património arquivístico e garantir os direitos do Estado e dos cidadãos nele consubstanciados, a sua utilização como recurso da atividade administrativa e fundamento da memória coletiva e individual.”¹¹³

Em finais de 2011, funde-se com a Direção-Geral do Livro e das Bibliotecas (DGLAB) e em 2012¹¹⁴ foi publicada a sua orgânica, às quais sucede quase integralmente nas respetivas atribuições, visto que apenas não inclui as da Biblioteca Pública de Évora. Esta nova estrutura, integrada na Presidência do Conselho de Ministros, é dirigida por um diretor-geral, coadjuvado por três subdiretores-gerais, e oito diretores de serviço. A rede interna da DGLAB compreende dois Arquivos Nacionais¹¹⁵ e dezasseis arquivos de âmbito regional deslocalizados ao nível do distrito, sendo que estas estruturas organizacionais constituem hierarquicamente divisões e direções de serviço da DGLAB usufruindo, no entanto de alguma autonomia para mais eficazmente poderem intervir no contexto geográfico, social e cultural em que se integram.

Terminado este percurso histórico sobre a evolução do Arquivo Nacional e as políticas arquivísticas nacionais consignadas numa sucessão de diplomas legais que tiveram como objetivo a organização, a representação e o acesso à informação que foram sendo produzidas no âmbito das funções administrativas do estado e posteriormente incorporados nos referidos arquivos.

Podemos afirmar, em jeito de conclusão, e concordando com Almeida Junior que, os profissionais de arquivo “tratam o conteúdo dos documentos, com o objetivo de atendimento da instituição em que se encontram e, uma vez disponibilizados para o acesso (foco secundário da organização arquivística), serão interpretados futuramente pelos utilizadores. Dessa forma, embora haja uma mediação entre o veículo documento, a informação nele existente e o processamento técnico efetivado pelo arquivista, essa mediação não visa diretamente (nessa etapa) o enfoque no utilizador. Trabalha-se, nesse contexto, a utilização dessa “informação-ainda-não- latente” no âmbito da identificação, seleção, classificação e processamento informacional, o que a caracteriza, portanto, como uma mediação implícita.”¹¹⁶

De seguida iremos, neste contexto, abordar na rubrica seguinte o papel orientador que a DGARQ/DGLAB teve nas mudanças do modelo de funcionamento da Administração Central do Estado (ACE) e subsequentemente nos arquivos da (ACE), a partir da implementação do Programa de Reestruturação da Administração Central do Estado (PRACE).

¹¹³Direcção Geral de Arquivos. [Consult.10-10-2011]. Disponível na Internet: <URL:<http://dgarq.gov.pt/dgarq/historia-institucional/>>.

¹¹⁴ Cf. Decreto-Lei nº 103/2012, de 16 de maio.

¹¹⁵ O Arquivo Nacional da Torre do Tombo e o Centro Português de Fotografia.

¹¹⁶ FERREIRA, Letícia Elaine; JÚNIOR, Oswaldo Francisco de Almeida (2013) - A mediação da informação no âmbito da arquivística. Perspectivas em Ciência da Informação [em linha]. Vol. 18, nº.1, p.158-167. [Cons. 15 fev. 2013]. Disponível em WWW:

<URL:<http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/view/1270/1111>>. ISSN1981-5344.

Arquivos da Administração Pública e Evolução da Política Arquivística

Nos finais do século XIX e devido à 2ª vaga de industrialização, surgiram propostas de criação de Arquivos Administrativos e Serviços de Documentação, no âmago de instituições públicas e privadas, universidades, empresas, etc. com o objetivo de preservar e valorizar o património arquivístico, português, apoiar tecnicamente a organização de arquivos públicos e privados e promover a divulgação cultural e educativa no âmbito dos arquivos.

Como refere Silva “Um terceiro tipo de mediação pode formular-se no plural – mediações institucionais e estratégias de comunicação, que são formas de mediação de comunicação ativadas por sujeitos de comunicação na sua dimensão institucional de actores sociais determinados por lógicas institucionais e orgânicas.”¹¹⁷ Neste sentido, foi pertinente perceber que tipo de mediações institucionais e estratégias de comunicação, são consideradas formas de mediação de comunicação ativadas com todos os intervenientes. Os arquivos da (AP), criam instrumentos que garantem e legitimam todas as suas atividades desenvolvidas, sejam elas de cariz administrativo, fiscal, legal ou de índole cultural. São, igualmente, o repositório do conhecimento adquirido, respeitando o princípio da proveniência e ordem original, acumulado ao longo dos anos, razoavelmente ou ambigualmente, acessível, mas sempre no arquivo. Como temos verificado, Portugal tem vindo, lentamente, a despertar para a importância dos arquivos. Todavia a Administração Central do Estado (ACE) tem vindo, nas últimas décadas, a introduzir medidas de inovação e modernização.

Nomeadamente, a implementação do PRACE¹¹⁸ e do Plano de Redução e Melhorias da Administração Central do Estado (PREMAC), que vieram a ter repercussões diretas na organização dos arquivos da ACE.

Neste enquadramento e pelo impacto que a documentação produzida pela “(ACE) têm nos ADs, justificado pela obrigatoriedade de respeitar a lei sobre incorporações, já atrás referida, e pelo excesso de documentação produzida, de salientar, como exemplo, a

¹¹⁷ SILVA, Armando Malheiro da (2010) - Mediações e mediadores em Ciência da Informação. Op.cit.

¹¹⁸ Este plano teve como objetivo simplificar os procedimentos e melhorar a qualidade dos serviços prestados ao cidadão, descentralizando os serviços, permitindo assim uma maior aproximação aos cidadãos, com o objetivo de cada serviço exercer as suas funções mais próximas dos destinatários. Todavia, deverá salientar-se que [...] caso se considere a disponibilização de documentação como uma função dos organismos, este [deverá] estar mais próximo possível dos cidadãos que eventualmente a pretendam consultar» certo é que esta facilidade, não ficou clara de que forma (presencial, remota). C.f Programa de Reestruturação da Administração Central do Estado [Em linha].[Cons. 03-01-2013].

Disponível

em

WWW:<http://www.dgaep.gov.pt/media/0701020000/Cap%C3%ADtulos%20I%20a%20III%20-%20PRACE_Relat%C3%B3rio%20Global%20Final_Parte%20I%20a%203.pdf

existência de cerca de 700 km¹¹⁹ de documentação acumulada sob a custódia de organismos da ACE”, reconhecida, em 2003, com a publicação do “Diagnóstico aos arquivos intermédios da Administração Central,”¹²⁰ com a agravante que parte desta não possui instrumentos de pesquisa que permitam conhecer o seu conteúdo.

No ano de 2003, foi publicada uma resolução que, em termos genéricos, aprovou as linhas de orientação da reforma da AP e que deu início a uma reestruturação que se encontra ainda em fase de implantação. Alguns pontos desta resolução têm influencia na área da arquivística, nomeadamente o seu ponto 1 que define que a gestão da informação deve ser feita de forma correcta, referindo que para tal se torna necessária uma colaboração entre os vários serviços, assim como:

“ (...) prestigiar a missão da Administração Pública e os seus agentes na busca da exigência e da excelência; delimitar as funções que o Estado deve assumir diretamente daquelas que, com vantagem para o cidadão, melhor podem ser prosseguidas de forma diferente; promover a modernização dos organismos, qualificando e estimulando os funcionários, inovando processos e introduzindo novas práticas de gestão; introduzir uma nova ideia de avaliação dos desempenhos, seja dos serviços, seja dos funcionários; apostar na formação e na valorização dos nossos funcionários públicos.”¹²¹

Posteriormente, em 2004, e na sequência da aprovação das linhas de orientação da reforma da AP com a publicação da Lei n.º 4/2004, aprovou-se a operacionalização da

¹¹⁹ Na análise ao censo feito em 1999 sobre o estado dos arquivos em Portugal onde se constatou que em Portugal existem cerca de 700 km de documentação acumulada sem controlo e com elevados custos de manutenção, precisamente por não haver investimento nesta área e não existirem políticas integradas de informação na Administração Pública. Cf. SANTOS, Paulo José de Oliveira (2009) – As atribuições das Secretarias-gerais dos Ministérios no âmbito da gestão documental [em linha]. Lisboa: Universidade de Lisboa. Dissertação de Mestrado. [Cons. 8 nov. 2012]. Disponível em WWW:<URL:http://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/491/1/19049_ulfl065627_tm.pdf>.

¹²⁰ De uma forma resumida, podemos referir que, através do diagnóstico foi detetado que: em quase metade dos organismos, a função arquivo não se encontra consignada na lei orgânica do organismo (47,2%); 59,4% não possuem software de gestão de documentos; 76,2%, dos organismos não possuía rubrica no seu orçamento para os arquivos; 58,4% dos organismos remetem a documentação para o depósito sem acompanhamento de um instrumento de descrição; em 73,6% dos organismos não existe portaria nem está em vias de ser aprovada ao abrigo do DL n.º 447/88, de 10 de dezembro; a esmagadora maioria dos organismos, ou seja 91,4%, não possuía um regulamento geral de acesso ao depósito. Estes foram os indicadores nos quais houve uma percentagem mais elevada em relação às lacunas existentes nos arquivos da ACE. Salienta-se, igualmente, ao nível dos recursos humanos, a existência nos organismos de 90 funcionários com formação específica em arquivística (57 técnicos superiores e 33 técnicos profissionais), número deveras insuficiente para a dimensão da realidade que abrangia. Outra das conclusões apontam no sentido de que a maior parte dos sistemas de arquivos, pelo menos ao nível central, se encontravam carecidos de elementos considerados básicos para a gestão de documentos como, por exemplo: planos de classificação, tabelas de seleção, inventários de documentos, transferência e instrumentos de controlo (Penteado, 2005, p. 7). Os dados apresentados revelavam um cenário preocupante onde os desafios para os profissionais da informação eram imensos, e caberia, certamente, ao IAN/TT, aos organismos da AP e aos arquivistas, num esforço conjunto, a incumbência de alterar o estado em que se encontravam os arquivos da AP. Cf. SOUSA, Sandra Paula Fernandes Almeida (2011) – Preservação digital nos Arquivos Distritais Portugueses. Braga: Faculdade de Filosofia da Universidade católica Portuguesa. Tese de Mestrado. [Cons. 10 jun. 2013]. Disponível em WWW: <URL :http://repositorio.ucp.pt/bitstream/10400.14/8862/1/ciD-SandraSousa-Out-11.pdf>.

¹²¹ Conselho de Ministros n.º 95/2003, de 30 de julho.

reforma, assim como as suas áreas de atuação e metodologias a aplicar, que visava, entre outros objetivos, introduzir nos serviços e procedimentos da AP, a racionalização de meios e recursos, podendo referir-se como exemplo: a partilha de atividades comuns entre os serviços do ministério, integrados e estruturados nas Secretárias-gerais (SG) ou a atribuição da responsabilidade ao nível da coordenação das ações referentes à organização e preservação do património e arquivo histórico aos arquivos.¹²²

No ano de 2005, são introduzidas, novas definições, no funcionamento do IAN/TT quando o XVII Governo Constitucional, no seu programa, consagra a modernização da AP como um instrumento prioritário de desenvolvimento do País,¹²³ tendo como objetivos a simplificação, a automatização, a racionalização do número de serviços e dos recursos a eles afetos, permitindo assim, a melhoria da qualidade dos serviços públicos, a promoção da cidadania, e o desenvolvimento económico. Na sequência desta aprovação, define as orientações, gerais e especiais, para a reestruturação dos ministérios, tendo por base a aproximação da Administração Central dos cidadãos e a devolução de poderes para o nível local ou regional.

Deste modo, e de uma forma mais eficiente e eficaz, de responder às necessidades internas e externas, foram igualmente, expressas as atribuições no âmbito da gestão documental às SG que passaram a realizar funções diretamente relacionadas com o tratamento e a conservação. Tais como: zelar pelo bom funcionamento dos arquivos dos restantes organismos dos Ministérios, que se encontrem tanto nas fases de arquivo intermédio como definitivo; influenciar a organização e o funcionamento dos arquivos correntes dos restantes organismos referidos.¹²⁴

Na nossa perspetiva, estas funções focalizam-se essencialmente numa mediação passiva, reflexos das atividades que realizam, tais como a recolha, o tratamento, a conservação e por fim a comunicação da documentação (administrativa). Devemos igualmente sublinhar que permite às SG, determinar o destino dos arquivos de serviços extintos¹²⁵, tendo em conta as condições oferecidas para a sua conservação e utilização, sem definirem como realizam a difusão, remetendo-nos, na nossa ótica, para o conceito de mediação implícita, custodial, patrimonialista praticada pelas SG. Dando razão a Penteado, quando referiu em 1996, que “torna-se, assim, evidente o papel central que estes organismos iam ter na nova arquitetura da AP, no que diz respeito aos arquivos(...)”¹²⁶ Consubstanciada esta responsabilidade, na maior parte das leis orgânicas, no que se refere à gestão do arquivo definitivo.¹²⁷ Como por exemplo, em relação às determinações legislativas do PRACE, (já que estas colocam algumas dúvidas sobre o sistema de arquivos a implementar para o destino final dos documentos).¹²⁸

¹²² Alínea f) do artigo 31º da Lei n.º 4/2004, de 15 de janeiro.

¹²³ Aprovando, através da Resolução do Conselho de Ministros (RCM) n.º 124/2005, de 4 de agosto, o PRACE.

¹²⁴ O que já se apresentava na alínea f) do artigo 31º da Lei 4/2004 veio a surgir na alínea f) do artigo 14º do PRACE. Cf. SANTOS, Paulo José de Oliveira (2009) – As atribuições das Secretárias-gerais dos Ministérios no âmbito da gestão documental. Op.cit.

¹²⁵ Cf. o ponto 1 do art.º 18.º do Decreto-Lei n.º 200/2006, de 25 de outubro.

¹²⁶ PENTEADO, Pedro (2006) – A nova arquitectura da administração central do estado e a política pública de arquivos. Cadernos BAD. N.º 2, p. 18 Disponível em WWW:<URL:http://www.apbad.pt/CadernosBAD/Caderno22006/PPenteadoCBAD206.pdf>.

¹²⁷ PENTEADO, Pedro (2006). Op.cit p. 18.

¹²⁸ SANTOS, Paulo José de Oliveira (2009) – As atribuições das Secretárias-gerais dos Ministérios no âmbito da gestão documental. Op.cit.

Paulo Santos na sua dissertação¹²⁹ aponta essa dúvida, que reside na criação de arquivos centralizados geridos pelas SG ou o desenvolvimento de um sistema descentralizado, que concentre em si a gestão e coordenação da documentação produzida, quer pelo próprio departamento, quer pelos organismos dele dependentes, denominado "Arquivo Central"¹³⁰ Constatamos assim, que se verifica uma dualidade de funções, pondo em causa uma das funções dos ADs premissa, como vimos anteriormente, pela qual os ADs foram criados, para serem os guardiões e os difusores da documentação dos serviços desconcentrados da ACE.

Na perspetiva de Santos que perfilhamos não cremos que existem vantagens em criar um arquivo com as mesmas funções em cada Ministério.

Neste sentido em 2011, Maria João Pires de Lima¹³¹ questiona o papel dos AD no âmbito da DGARQ e na sequência das reformas na AP introduzidas em 2010 pelo PRACE, devido às atribuições conferidas às SGs no domínio da gestão documental e a eventual centralização dos arquivos num quadro onde impera a escassez de recursos humanos e se desenha a externalização de serviços na área arquivística, sem a desejável certificação, e alude à possível criação de novas atividades relacionadas com a redefinição das funções dos ADs, nomeadamente atividades de consultoria, auditorias, reorientação na aquisição de fundos cientes do que já foi conseguido a nível nacional. Nesta mesma linha, em 2011, Silvestre Lacerda, também demonstrou a sua preocupação em relação às restrições orçamentais e a consequente implementação do PRACE, que tem repercussões diretas nos arquivos, alertando para a extinção dos governos civis e a fusão anunciada de muitos outros organismos da AP implicando, por isso, uma pesada movimentação dos seus acervos documentais, que por força de lei, é, de conservação permanente, devendo o seu destino e salvaguarda ser naturalmente acautelada pela DGARQ, com a necessária articulação da respetiva SG.

"(...) Urge evitar o abandono de massas documentais acumuladas e continuar a desenvolver processos que ultrapassam a mera vertente cultural e ganham outras características vocacionadas para a eficácia e eficiência administrativa. Assim, o essencial da organização do sistema de arquivos deve incorporar projeções da noção de arquivo voltadas para o séc. XXI e não permanecer num paradigma meramente custodial, passadista, mais em voga no século XVIII."¹³² Opinião que partilhámos e defendemos. Ainda podemos destacar trabalhos como os de Helena Medeiros¹³³, Pedro Penteado (2004)¹³⁴ e (2006)¹³⁵ e de Cecília Henriques¹³⁶ que demonstram a sua preocupação face ao estado dos arquivos da AP em Portugal, e quanto à forma como a administração

129 Idem.Ibidem.

130 Cf. Publicação do DRR n.º 7/2008/A.

131 LIMA, Maria João Pires de, SOUSA, António – Arquivos distritais: A perspetiva de uma nova missão? Cadernos BAD. Vol. 78, n.º 3 (2011), p. 78-86.

132 PORTUGAL. DGARQ – Arquivos! Boletim DGARQ. (N.º18 Julho - Setembro 2011) Lisboa: DGARQ. Disponível em <http://dgarq.gov.pt/boletim/> [Acedido em 21 fevereiro 2012].

133 MEDEIROS, Helena [et. al.] (1998) – Gerir documentos em Portugal: como e para quê? Op.cit.

134 PENTEADO, Pedro (2005) – Gestão de documentos de arquivo na administração central: percurso e desafios num contexto de mudança. Geocities [em linha]. [Cons. 25.10.2011]. Disponível em WWW: <URL:http://geocities.ws/pedro_penteado/Tabula_P.pdf>.

135 PENTEADO, Pedro (2006) – A nova arquitectura da administração central do estado e a política pública de arquivos. Cadernos BAD. N.º 2, p. 14-29. Disponível em WWW:<URL:<http://www.apbad.pt/CadernosBAD/Caderno22006/PPenteadoCBAD206.pdf>>.

136 HENRIQUES, Cecília (2006) – Construindo a nova administração: reflexões de uma arquivista. Cadernos BAD. Lisboa: BAD. 2, p. 6-13. Disponível em WWW: <URL:<http://www.apbad.pt/CadernosBAD/Caderno22006/CHenriquesCBAD206.pdf>>.

fazia uso dos seus arquivos. Mais recentemente, em 2010 foi publicado um artigo de Armando da Silva e de Fernanda Ribeiro¹³⁷ que aborda o tema da gestão da informação na administração pública, salientando o facto de esta ser uma área de estudo e trabalho que necessita de ser pensada do ponto de vista epistemológico. Neste mesmo ano, Paulo Santos¹³⁸, aborda o impacto do PRACE nos arquivos das SG e outros serviços nas funções atribuídas e na gestão documental e coordenação com os serviços centralizados fazendo algumas recomendações¹³⁹ e propondo reflexões no âmbito dos arquivos das SGs.

Num contexto em que praticamente todos os organismos da ACE se viram envolvidos num processo de reestruturação, a normalização de procedimentos e, nas palavras do Pedro Penteado, a DGARQ teve um papel fundamental na atual estrutura do sistema nacional de arquivos¹⁴⁰ como órgão normalizador de procedimentos, com a responsabilidade de superintender técnica e normativamente todos os arquivos do Estado. Como a DGLAB está a ter, nomeadamente no acompanhamento da implementação do PRACE, com a elaboração de orientações técnicas,¹⁴¹ bem como, com recomendações relativas à necessidade de assegurar o acesso à informação que se encontra em estado de conservação permanente, levando a cabo processos de avaliação documental, criando condições para a transferência de documentação de organismos extintos ou alvo de fusão, promovendo, igualmente, uma oportunidade para aumentar e alterar o papel dos arquivistas nas instituições.

De referir que em 2006, o então AN/TT procurou sensibilizar o Governo para a necessidade de se generalizar as políticas de boas práticas de arquivo na AP. Neste contexto, retomou o projeto¹⁴² que tinha como objetivo estabelecer princípios para a gestão de documentos relacionados com as áreas dos recursos humanos, financeiros e

¹³⁷ SILVA, Armando Malheiro da (2000) – A gestão da informação arquivística e suas repercussões na produção do conhecimento científico. Op.cit.

¹³⁸ SANTOS, Paulo José de Oliveira (2009) – As atribuições das Secretárias-gerais dos Ministérios no âmbito da gestão documental. Op.cit.

¹³⁹ «(...) considera-se que um serviço de arquivo a implementar nas Secretarias-Gerais poderia funcionar nos seguintes moldes: Os organismos seriam os responsáveis por tomar as decisões relativamente ao tratamento da sua documentação, ficando as Secretarias-Gerais com atribuições relacionadas com a prestação de apoio técnico; Os próprios organismos, de acordo com a sua dimensão e quantidade de documentação produzida, poderiam constituir os seus arquivos intermédios e históricos; Nos arquivos centrais dos Ministérios, geridos pela Secretaria-Geral, seria incorporada a sua documentação, bem como a de organismos extintos ou dos que optassem por não constituir arquivos próprios; Os Arquivos Distritais continuariam a incorporar a documentação dos serviços desconcentrados da Administração Central do Estado que se encontra na fase semi- activa e inactiva. Neste contexto caberia à Direcção-Geral de Arquivos, atualmente DGLAB, desenvolver as seguintes atividades: Realçar a importância dos arquivos junto do Governo; Prestar apoio técnico às Secretarias-Gerais dos Ministérios; Desenvolver processos de consultoria e auditoria; Desenvolver normas e instrumentos orientadores; Apresentar soluções de gestão documental de uso transversal; Criar programas de apoio aos arquivos.

¹⁴⁰ Ibidem. p. 67

¹⁴¹ Por exemplo: “Orientações para a Elaboração e Aplicação de Instrumentos de Avaliação Documental: Portarias de Gestão de Documentos e Relatórios de Avaliação”, “Recomendações para a produção de planos de preservação digital; “Guia para a Elaboração de Cadernos de Encargos e Avaliação de Software de Sistemas Electrónicos de Gestão de Arquivos”; Governo Electrónico e Interoperabilidade. Consultar: DIRECÇÃO GERAL DE LIVROS ARQUIVOS E BIBLIOTECAS - Documentos Técnicos e Normativos [em linha]. [Cons. 12 out. 2013]. Disponível em WWW: <URL: <http://arquivos.dglab.gov.pt/servicos/documentos-tecnicos-e-normativos/lista-de-documentos/>>. Ver também: BARBEDO, Francisco; CORUJO, Luís; SANT’ANA, Mário [et al] 2006 – Guia para a elaboração de cadernos de encargos e avaliação de software de sistemas electrónicos de gestão de arquivos. Lisboa: Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo. [Em linha] [Acedido em 5 de Janeiro de 2009] <URL: <http://www.dgarq.gov.pt/files/2008/10/sega.pdf>>.

¹⁴² C.f Decreto-Lei n.º 121/92, de 2 de julho.

patrimoniais dos organismos da AP. Em suma, criar uma tabela geral de avaliação, seleção e eliminação para as funções meio de todos os serviços da AP, normalizando-os e uniformizando-os. Entretanto o seu âmbito foi alargado às funções de organização e funcionamento, planeamento, consultoria, assessoria técnica e contencioso, atividades de controlo, relações institucionais, comunicação marketing e relações públicas, informação e documentação, sistemas e tecnologias de informação e comunicação. Realçou igualmente a importância que poderia ter o incentivo à elaboração de diagnósticos aos arquivos e de planos de intervenção, à atualização de instrumentos de gestão, à elaboração de planos de classificação e de portarias de gestão de documentos, à execução de projetos de avaliação de documentação acumulada, e à construção, reconstrução de instalações de arquivo, entre outras áreas de ação que podiam ser desenvolvidas. Todavia, Paulo Santos¹⁴³ verificou, igualmente que este tem vindo a perder algumas das suas atribuições, concretamente no apoio técnico que prestava diretamente aos organismos da ACE, sendo que atualmente esse apoio é dado indiretamente através das SG.

Na prática as SG, devem apoiar tecnicamente os restantes organismos, definir uma política de gestão integrada, coordenar os sistemas existentes e promover instrumentos que garantam a interoperabilidade. Como por exemplo a “Macro Estrutura Funcional para a Administração Central do Estado que tem o objetivo de normalizar procedimentos e de procurar adotar uma metodologia comum de classificação de documentos na AP, de forma que seja integrado num sistema de gestão eletrónica de documentos tendo em conta as exigências definidas no projeto “Meta-Informação para a Interoperabilidade” ou o “Governo Electrónico e Interoperabilidade.”¹⁴⁴

Num cenário de mudança estrutural e aparente consciência, por parte do governo nacional, da importância dos arquivos e pela necessidade de se verificar se as medidas do PRACE estariam a ser implementadas em particular nas SG, pelo papel central que desempenham nos Ministérios, foi divulgado em 2010, o relatório realizado pela DGARQ, à situação dos sistemas de arquivo da ACE.¹⁴⁵

Na análise que partilhamos, efetuada por Lourenço, esta identifica procedimentos positivos e negativos da aplicação do PRACE, que refere do seguinte modo:

“(…) no contexto da aplicação das novas tecnologias no sistema de arquivo, foi destacado, o ainda excessivo “peso do papel”, no trabalho realizado pelo sistema de arquivo e a pouca intervenção, ao nível do desenvolvimento, da gestão informação eletrónica. Neste sentido, foram referidos como indicadores da situação: o escasso desenvolvimento e implementação, dos SEGA¹⁴⁶ “das áreas

¹⁴³ SANTOS, Paulo José de Oliveira (2009) – *As atribuições das Secretárias-gerais dos Ministérios no âmbito da gestão documental*. Op.cit.

¹⁴⁴ BARBEDO, Francisco [et al.] (2008) – Governo electrónico e interoperabilidade, documento metodológico para a elaboração de um esquema de metainformação para a interoperabilidade (MIP) e uma macroestrutura funcional (MEF) [em linha]. Lisboa: DGARQ. [Cons. 23 jan. 2012]. Disponível em WWW: <URL: http://www.dgarq.gov.pt/downloads/Governo%20electronico%20e%20interoperabilidade_v1.pdf>.

¹⁴⁵ Situação dos sistemas de arquivo da Administração Central do Estado: Questionário 2010 (Foram elaborados dois questionários, ao primeiro responderam 14 das 15 SG e ao segundo 145 das 258 dos organismos da ACE inquiridos). In LOURENÇO, Alexandra; BARROS, Ana; PENTEADO, Pedro (2010) - *Situação dos sistemas de arquivo da Administração Central do Estado – ACE. Questionários 2010*. Relatório final. Lisboa: DGARQ, 209. p. 7. [em linha]. [Cons. 23 jan. 2012]. Disponível em: http://dgarq.gov.pt/files/2011/05/Relatorio_questionarios_ACE_2010_v1.2.pdf.

¹⁴⁶ Acrónimo de Sistema Eletrónico de Gestão de Arquivos. Trata-se de um “Sistema automatizado utilizado para gestão da criação, uso, manutenção e eliminação de documentos criados electronicamente e/ou em

de classificação, registo de processos, associação com a avaliação, controlo de eliminações”; a falta de informação sobre armazenamento digital; a fraca abrangência, por parte das tabelas de seleção, dos sistemas de informação eletrónica; a falta de “controlo sobre a eliminação da informação/documentação de arquivo em suporte digital”; a pouca aplicação de estratégias de preservação digital”¹⁴⁷, e a inexistente transferência de documentação “[...] 86% dos organismos ainda conservam a documentação no depósito ou repositório da própria entidade.”¹⁴⁸ evidenciando fracos níveis de recolha da documentação de uso não corrente dos organismos pelas SG, no âmbito do Modelo PRACE/PREMAC.

Como procedimento positivo, salienta “(...) o facto de nove das catorze SG estarem a desenvolver projetos de digitalização de documentação não corrente, que associada à utilização em 93% das entidades de esquemas normalizados na descrição como a ISAD-G, poderá “potenciar eventuais projetos de partilha de informação e objetos digitais em redes especializadas”¹⁴⁹ colocando em prática a interoperabilidade já referida.

Neste relatório fica, igualmente, patente que houve uma percentagem muito significativa da implementação e desenvolvimento das medidas previstas para os arquivos nas SG e isto deve-se, essencialmente, às novas atribuições no âmbito da gestão do sistema de arquivo ministerial.¹⁵⁰ Neste sentido, Fátima Sousa, com a qual concordamos, na sua dissertação de Mestrado¹⁵¹ conclui que (...) “os novos desafios dos sistemas de arquivo passam pela maior intervenção ao nível da documentação em suporte digital, através do desenvolvimento e criação de instrumentos de controlo e gestão destes sistemas eletrónicos”¹⁵² exigindo aos profissionais além de conhecimentos específicos, a necessidade de trabalhar em equipas multidisciplinares, conhecimentos na gestão da documentação de modo a fazer o seu tratamento logo na fase da produção, independentemente do suporte, bem como garantir a mediação da informação para a consulta externa e interna.

Como afirma Silvestre Lacerda “(...) A capacidade demonstrada para a inovação constante de novos produtos e adaptação às novas realidades organizacionais é inerente à própria função arquivística, ou seja, não é possível um desenvolvimento sustentado sem uma política que valorize os arquivos. Expoente desta afirmação é a necessidade de combinar o desenho dos instrumentos de governo eletrónico com as necessidades de salvaguarda dos documentos produzidos, de forma a garantir os direitos

papel com a finalidade de fornecer prova de actividades de negócio. Estes sistemas mantêm a informação contextual apropriada (metainformação) e as ligações entre registos para suportar o seu valor evidencial” In. BARBEDO [et. al].(2008). Op.cit.p.12.

¹⁴⁷ LOURENÇO, Alexandra; BARROS, Ana; PENTEADO, Pedro (2010) - Situação dos sistemas de arquivo da Administração Central do Estado – ACE. Questionários 2010. Relatório final. Op.cit.p.184.

¹⁴⁸ Idem, ibidem p. 164.

¹⁴⁹ Idem, ibidem p. 182.

¹⁵⁰ Idem, ibidem.p. 165 -167.

¹⁵¹ SOUSA, Fátima (2012) – Políticas Para a Gestão de Informação Arquivística: Os Arquivos Centrais da Administração Pública dos Açores [em linha]. Lisboa: Universidade de Lisboa. Dissertação de Mestrado. [Consult.8 de out. 2013]. Disponível em WWW:<URL:http://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/491/1/19049_ulfl065627_tm.pdf>.

¹⁵² SOUSA, Fátima (2012) –. Op.cit.

dos cidadãos, assentes em documentos de prova produzidos eletronicamente, mas com características de fidedignidade e autenticidade que só um arquivo eletrónico devidamente organizado e preservado pode garantir.”¹⁵³

Nesta adaptação constante e devido à necessidade de reduzir a despesa pública por causa das recomendações do Programa do XIX Governo Institucional e da Troika¹⁵⁴, a reforma do Estado e a reforma da Administração Local¹⁵⁵ continuam a realizar-se (horizonte temporal: a) final de 2015; b) 2020)¹⁵⁶ implicando um contínuo ajustamento às políticas de arquivos.

Assim e de acordo com este contexto atual (de contínuas reformas), Penteado em 2013, como Diretor de Serviços de Arquivística e Normalização da (DGLAB) apresenta uma política de arquivos que deverá ser ajustada com os objetivos destas reformas, focando-se na: transparência; nos modelos de organização funcional da informação; na eficiência; no acesso a longo prazo; na interoperabilidade; na melhoria de serviço público; na capacidade de adaptação a mudanças político-administrativas; e na reutilização da informação¹⁵⁷, resultando na implementação e manutenção de programas e projetos a decorrerem. Em relação às políticas de arquivo salientam-se alguns eixos de análise, como a “missão do organismo central” (DGLAB); missão da SG’s/ministérios – ACE; missão das entidades (garantir a qualidade dos seus arquivos); rede(s) de arquivos; recursos (financiamento (programas de apoio), formação profissional e qualificação dos recursos humanos) Em relação ao organismo de coordenação (DGLAB) este terá como missão a “qualificação de redes e sistemas de arquivo” nas seguintes vertentes: em relação à regulação que é composta pelas: políticas e planos nacionais que tem como objetivo propor estudos e propostas de revisão da legislação das políticas e planos nacionais, como por exemplo a política de aquisições da DGLAB; pelas normas e orientações técnicas, que tem como objetivo a reestruturação, implementação de planos de classificação conformes a MEF, harmonização de três níveis, avaliação, entre outros; por último pelos pareceres sobre a avaliação/eliminação documental. Em relação ao apoio técnico tem como objetivos: realizar consultorias e pareceres, como por exemplo emitir pareceres técnicos de financiamento QREN-REC,¹⁵⁸ acompanhar a missão das SG’s e acompanhar a implementação de planos de classificação da Administração Local.

¹⁵³ LACERDA, Silvestre (2011) -- Arquivos! *Boletim DGARQ*. (N.º18 Julho - Setembro 2011) Lisboa: DGARQ. Disponível em <http://dgarq.gov.pt/boletim/> [Acedido em 21 fevereiro 2012].

¹⁵⁴ A troika é formada por três elementos, a Comissão Europeia, o Banco Central Europeu (BCE) e o Fundo Monetário Internacional (FMI). Cf. Informação disponível no sítio Política e Portugal [Em linha] [Consultado em 23 de agosto de 2013] Disponível em [www. URL. <http://politicaportugal.com/mas-afinal-o-que-e-a-troika/](http://politicaportugal.com/mas-afinal-o-que-e-a-troika/)

¹⁵⁵ PENTEADO. Pedro (2013) - *Políticas e Programas de valorização da informação arquivística num contexto de reforma do Estado* [Em linha] Disponível: [www. URL>https://www.academia.edu/6284832/Políticas_programas_e_projetos_de_valorizacao_da_informacao_arquivistica_num_contexto_de_reforma_do_Estado](http://www.academia.edu/6284832/Políticas_programas_e_projetos_de_valorizacao_da_informacao_arquivistica_num_contexto_de_reforma_do_Estado) [Consultado em 12 de abril de 2014]

¹⁵⁶ PENTEADO. Pedro (2013)- Op.cit.

¹⁵⁷ Idem, ibidem.

¹⁵⁸ O Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN) tem como principal intuito a qualificação da população portuguesa, valorizando o conhecimento, a ciência, a tecnologia e a inovação, bem como a promoção de níveis elevados e sustentados de desenvolvimento económico e sócio-cultural e de qualificação territorial, num quadro de valorização da igualdade de oportunidades e, bem assim, do aumento da eficiência e qualidade das instituições públicas. Cf Rede de Equipamentos Culturais-Programação cultural em Rede [Em linha] Disponível em [www. URL<otc.ips.pt/otc/content/index.php?action=detailfo&rec=1764&t=QREN---Quadro-de-Referencia-Estrategico-Nacional](http://www.otc.ips.pt/otc/content/index.php?action=detailfo&rec=1764&t=QREN---Quadro-de-Referencia-Estrategico-Nacional). [Consultado em 12 de março de 2013]

Em relação à cooperação interinstitucional esta deverá contemplar a “E-administração e gestão de documentos” em articulação com a preservação digital, como por exemplo o projeto RODA e com a interoperabilidade, implementada pelo “Programa Administração Electrónica e Interoperabilidade Semântica” (PAEIS), nova designação do anterior programa “Governo eletrónico e Interoperabilidade” que tem como objetivo geral produzir e implementar referenciais e outros instrumentos destinados a facilitar a interoperabilidade semântica na AP e nas entidades públicas com que esta se relaciona e que executam funções do Estado. Tem como obrigação aplicar a metainformação para a interoperabilidade (MIP)¹⁵⁹ e a macroestrutura funcional (MEF) no sistema de arquivo que utilizam, no prazo de dois anos após a aceitação da adesão, por parte da CE.¹⁶⁰ Este organismo deverá realizar a supervisão através de diagnósticos, auditorias e controlo de aplicação de tabelas de seleção aprovadas e deverá igualmente ser responsável pela formação arquivística em articulação com as SG’s.

Relativamente às novas políticas a implementar, deveremos salientar a “Central Electrónica dos Arquivos de Estado” que visa a deslocalização dos diferentes arquivos em papel das várias instituições públicas para uma única localização numa zona de baixo custo imobiliário. Esta deslocalização será acompanhada da digitalização do arquivo, tornando o seu acesso fácil, imediato e de baixo custo.¹⁶¹

Como verificamos as reformas do estado têm “obrigado” a um constante acompanhamento por parte da DGLAB na implementação e divulgação das políticas arquivísticas, todavia existem várias incertezas em relação ao futuro destas estratégias e projetos e à sua adequação nos contextos da AP e da AP Local. Salientamos que muitos passos já foram dados mas, como o próprio relatório da DGARQ indica, existe ainda um árduo caminho a percorrer, no qual os arquivistas terão que continuar a projetar, quer dentro da organização, quer para o exterior, a importância dos arquivos, não só como guardiões da memória como os ADs que continuam até hoje a serem os fiéis depositários da informação produzida na AP, mas também como elementos essenciais para o bom funcionamento do serviço e para a transparência dos seus procedimentos, no sentido de permitir um acesso livre e democrático a todos os cidadãos.

¹⁵⁹ Para uma informação mais detalhada consultar sítio da DGLAB [em linha] [Consultado em 10 de janeiro de 2014] Disponível na internet: [www.URL< http://arquivos.dglab.gov.pt/programas-e-projectos/modernizacao-administrativa/macroestrutura-funcional-mef/](http://arquivos.dglab.gov.pt/programas-e-projectos/modernizacao-administrativa/macroestrutura-funcional-mef/)

¹⁶⁰ PENTEADO. Pedro (2013) - Políticas e Programas de valorização da informação arquivística num contexto de reforma do Estado. Op.cit.]

¹⁶¹ PENTEADO. Pedro (2013) - Políticas e Programas de valorização da informação arquivística num contexto de reforma do Estado. Op.cit.

CAPÍTULO

04 Arquivos distritais e seu enquadramento

Ocupar-nos-emos neste capítulo, mais pormenorizadamente, do histórico e situação do universo específico dos Arquivos Distritais, objeto e âmbito nucleares da presente investigação.

4.1 ENQUADRAMENTO LEGISLATIVO, OBJETIVOS E FUNDOS

Neste ponto iremos fazer o enquadramento legislativo da criação dos ADs aludindo à evolução dos objetivos, atribuições e serviços tendo em vista a uniformização de procedimentos técnicos para a facilitação do acesso à informação por eles custodiada. Destacaremos alguns ADs que, na nossa perspetiva, se têm distinguido positivamente, pelas suas práticas, na execução da política arquivística nacional.

Como verificamos, “a descentralização forçada pela situação de rutura no Arquivo Nacional e as sucessivas reformas das políticas nacionais de organização dos serviços levou ao aparecimento dos primeiros¹⁶² arquivos distritais, pela iniciativa de Júlio Dantas enquanto diretor do organismo responsável pelos arquivos e bibliotecas a “Inspeção das Bibliotecas e Arquivos.”¹⁶³

Assim nasceram, numa primeira fase, os arquivos de Leiria, Bragança, Évora¹⁶⁴ e Braga, entre agosto de 1916 e agosto de 1917 e Ponta Delgada (apenas, homologado

¹⁶² A legislação respeitante aos primeiros arquivos distritais, na qual se determina discriminadamente quais os arquivos que neles devem ser incorporados, é a seguinte: PORTUGAL. Leis, decretos, etc Ministério de Instrução Pública: Secretaria-Geral: Decreto nº 2:550-J. Diário do Governo. 1ª série. Lisboa. 154 (3 ago. 1916) 765-766] (relativo ao Arquivo Distrital de Leiria, criado como anexo da Biblioteca Erudita da mesma cidade); PORTUGAL. Leis, decretos, etc. - Ministério de Instrução Pública: Secretaria-Geral: Decreto nº 2:858. Diário do Governo. 1ª série. Lisboa. 242 (29 Nov. 1916) 1096 (relativo ao Arquivo Distrital de Bragança, criado como anexo da Biblioteca Pública); PORTUGAL. Leis, decretos, etc. - Ministério de Instrução Pública: Secretaria -Geral: Decreto nº 2:859. Diário do Governo. 1ª série. Lisboa. 242 (29 Nov. 1916) 1096-1097 (referente ao Arquivo Distrital de Évora, também como anexo da Biblioteca Pública que, aliás, já vinha recolhendo documentação); PORTUGAL. Leis, decretos, etc. - Ministério de Instrução Pública: Secretaria-Geral: Decreto nº 3:286. Diário do Governo. 1ª série. Lisboa. 132 (11 Ago. 1917) 647 (relativo ao Arquivo Distrital de Braga, criado em anexo à Biblioteca Pública. In RIBEIRO, Fernanda (1998) – O Acesso à informação nos arquivos: [em linha]. Porto: Universidade do Porto. Tese de Doutoramento. [Cons. 18-01-2012]. Vol.1, p. 600. Disponível em WWW: < <http://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/7058/3/fribeirovol01000061435.pdf> Op.cit.

¹⁶³ DANTAS, Júlio – Relatórios do Inspector Geral: inspeções a arquivos. Anais das Bibliotecas e Arquivos. Lisboa. 2.ª série. 10 (1932) 121-133. In RIBEIRO, Fernanda (1998) – O Acesso à informação nos arquivos. Op.cit.p. 600.

¹⁶⁴ Sobre o Arquivo Distrital de Évora, ver o relatório elaborado na sequência de uma inspeção feita por Júlio Dantas, em 1931: DANTAS, Júlio - A Biblioteca Pública e o Arquivo Distrital de Évora. Anais das Bibliotecas e Arquivos. Lisboa. 2ª série. 9 (1931) 81-87. In RIBEIRO, Fernanda (1998). Op.cit.p. 600.

legalmente pelo Decreto nº 20.484, de 6 de novembro de 1931) e, na prática, também o de Coimbra, integrado no Arquivo da Universidade, que passou a ter essas funções, em 1917, por acordo entre a Reitoria e a Inspeção das Bibliotecas e Arquivos.”¹⁶⁵

No ano seguinte, em 1918, o próprio Arquivo Nacional passa a acumular funções de Arquivo Distrital para Lisboa e Santarém.¹⁶⁶

Mas foi com o diploma de 1931, a que já nos referimos, que, surgem os arquivos dos distritos de Aveiro, Beja, Castelo Branco, Faro, Guarda, Horta, Santarém, Setúbal, Viana do Castelo e Vila Real, sendo também determinada a reabertura do de Bragança, já criado em 1916, mas posteriormente encerrado. Foram ainda, criados os arquivos distritais do Porto, de Coimbra, de Viseu e o Arquivo Municipal de Guimarães, que embora não esteja mencionado na lei, adquiria funções análogas às dos arquivos distritais, relativamente ao concelho de Guimarães, facto comprovado pela natureza das incorporações que lhe ficaram adstritas.¹⁶⁷

Mas as condições para a instalação e funcionamento destes arquivos distritais eram da competência das Juntas Gerais de Distrito ou das comissões executivas dos municípios e, em alguns casos o desenvolvimento desta rede nacional¹⁶⁸ ficou por cumprir. Na verdade, nos anos seguintes, apenas foi criado o Arquivo Distrital de Portalegre (Decreto nº 22.189, de 13 de fev. de 1933); o de Angra do Heroísmo surge em 1948 (Decreto nº 36.842, de 20 de abril) e os restantes, só em 1965 Horta, é que viram a sua formalização consagrada na lei, o que não significou uma real existência. Na prática, muitos deles tiveram de esperar, até aos anos oitenta, para entrarem em pleno funcionamento.

Nesta época, foram também instituídas bibliotecas públicas junto dos arquivos distritais que deram origem à conhecida designação de “Biblioteca Pública e Arquivo Distrital” em diversos distritos, modelo que se manteve até à publicação da lei orgânica do Instituto dos Arquivos Nacionais / Torre do Tombo, de 20 de março de 1997 em que se verificou a separação destas duas entidades.

À medida que a sociedade vai evoluindo no desenvolvimento tecnológico e nas necessidades de acesso à informação, no aprofundamento da investigação nestes domínios e de acordo com contextos político-económicos específicos, verificámos que também os objetivos e atribuições destes arquivos se foram alterando (seguindo, por vezes orientações políticas conjunturais).

Assim, em relação às atribuições iniciaremos a respetiva explicitação com o decreto de 1931, que deu origem à maior parte dos ADs. No capítulo V, artº 26, do Decreto nº 20.484, de 6 de novembro de 1931, verificamos que as atribuições se resumiam a “(...) recolher instalar, inventariar e facultar a consulta dos estudiosos os núcleos documentais dispersos no respetivo distrito.”¹⁶⁹

Desde o ano de 1983, com as atribuições dos AD consignadas no art. 2.º do Decreto-

¹⁶⁵ A legislação respeitante aos primeiros arquivos distritais, na qual se determina discriminadamente quais os arquivos que neles devem ser incorporados. In RIBEIRO, Fernanda (1998). Op.cit.p. 600- 601.

¹⁶⁶ Ver artº 12º do Decreto nº 4.312, de 8 de maio de 1918 (PORTUGAL. Leis, decretos, etc. Decreto nº 4:312. Diário do Governo. 1ª série. Lisboa. 117 (29 maio 1918) 839-841. In RIBEIRO, Fernanda (1998). Op.cit. p. 600.

¹⁶⁷ In RIBEIRO, Fernanda (1998). Op.cit. p.626.

¹⁶⁸ DANTAS, Júlio – Criação e organização dos arquivos distritais. Anais das Bibliotecas e Arquivos. Lisboa. 2.ª série. 10:37/38 (jan.-jun. 1932) 9-10. In RIBEIRO, Fernanda (1998). Op.cit. p. 599.

¹⁶⁹ C.f artº 26, do Decreto nº 20.484, de 6 de novembro de 1931.

Lei nº 149/83, de 5 de Abril (Relativo ao Regime Jurídico dos Arquivos Distritais e das Bibliotecas) pode verificar-se que o campo destas atribuições se foi alargando progressivamente e foi reforçada a importância dada ao tratamento técnico dos fundos documentais, com a uniformização das regras de inventário, classificação e indexação; quer dos fundos que pertenciam a outras entidades, como consignado no ponto c) (...) Promover todas as diligências junto das câmaras municipais e de outras entidades regionais ou privadas”, quer nos procedimentos entre os próprios arquivos.

Incrementou-se igualmente a necessidade de diversificação do utilizador como consignado em (...) Promover, tanto quanto possível, o conhecimento público dos acervos documentais, quer dos arquivos próprios, quer dos existentes na região; (...) Funcionar como serviço de informação documental da região; com a elaboração de (...) guias, inventários de fontes documentais com interesse regional e monografias histórico-arquivísticas; fornecendo aos (...) utilizadores certidões e cópias das suas espécies documentais, nos termos do disposto nos artigos 16.º e 17.º deste diploma.

Relativamente às incorporações, são introduzidas regras com as seguintes alíneas: (...) a) Zelar pelo escrupuloso cumprimento das normas legais que regulam as incorporações obrigatórias; b) Recolher a documentação relativa à administração central e local; d) Incentivar a incorporação destes e o) Pronunciar-se sobre a transferência ou permuta de documentos entre os arquivos da região.” Ainda consigna no seu art. 3º, nº 1: (...) Serão obrigatoriamente incorporados nos arquivos distritais e nas bibliotecas públicas:

- a) A documentação das conservatórias do registo civil e os livros de registo paroquiais;
- b) A documentação das conservatórias dos registos do notariado;
- c) A documentação dos tribunais;
- d) Os documentos de serviços cessantes;
- e) Todos os outros documentos que, nos termos da lei, devam recolher aos arquivos distritais ou se venha a reconhecer que convém neles recolher.”

No artº 3º, nº 2. Refere-se que “A incorporação da documentação referida nas alíneas a), b) e c) do número anterior está de acordo com o disposto no artigo 48.º do Código do Registo civil, no artigo 50.º do Código do Notariado e no artigo 302.º do Decreto-Lei nº 44278, de 14 de Abril de 1962.

Ainda na sua função de realizar incorporações, ao abrigo do disposto no artigo 16.º do Decreto-Lei nº 16/93, de 23 de Janeiro, e nos termos da alínea a) do nº 1 do artigo 198.º da Constituição da República Portuguesa, foi promulgado o Decreto-Lei nº 47/2004, de 3 de Março, definindo o Regime Geral de incorporações nos arquivos públicos, que no seu artº 2.º esclarece o conceito de incorporação (...) entende-se a entrada num arquivo, na aceção de instituição cultural ou unidade administrativa, da documentação de reconhecido interesse histórico e cultural produzida por entidades, públicas ou privadas, com o objectivo de a preservar, defender, valorizar e comunicar.” e, no seu artº 4.º indica-se quais são as incorporações obrigatórias, (sem prejuízo do disposto na legislação vigente, nomeadamente no nº 1 do artigo 3.º do Decreto-Lei nº 149/83, de 5 de abril):

- a) A documentação produzida pelos serviços da administração central desconcentrada da respectiva área;
- b) A documentação produzida por empresas públicas situadas na área geográfica correspondente à sua sede;
- c) A documentação produzida por empresas públicas em processo de privatização ou de cisão da área geográfica correspondente à sua sede;
- d) Os arquivos de serviços extintos e documentação proveniente de funções extintas em organismos e serviços da administração central desconcentrada da respectiva área.

Excetuam-se do previsto no número anterior os organismos e empresas onde existam arquivos históricos devidamente estruturados e que ofereçam condições de consulta pública e de preservação a longo prazo.

No entanto, e com a implementação do PRACE, e de acordo com o ponto 1 do art.º 18.º do Decreto-Lei n.º 200/2006, já referido, os arquivos de serviços extintos têm o destino que lhes seja fixado pelo Secretário-Geral do respetivo Ministério, tendo em conta as condições oferecidas para a sua conservação e utilização.

Todavia considera-se que as incorporações de documentos nos depósitos geridos pelas Secretarias-Gerais devem obedecer ao exposto no Decreto-Lei n.º 47/2004, de 3 de março e n.º 1 do seu artigo 5.º que refere que os arquivos da administração central do Estado “são sujeitos a processos de avaliação e seleção, da iniciativa e a cargo das entidades produtoras da documentação, com vista à determinação do seu valor histórico.”

Neste mesmo diploma 47/2004 no n.º 1 do seu artigo 8.º, consigna-se que devem ser “precedidas, obrigatoriamente, de processos de avaliação, seleção e eliminação, definidos em portarias de gestão de documentos, e ainda da elaboração de relatórios de avaliação, de acordo com a legislação em vigor”. O n.º 3 do mesmo artigo refere que “a documentação a incorporar nos arquivos históricos deve cumprir os requisitos de inventariação, de desinfestação, de higienização e de acondicionamento estabelecidos pelo órgão de gestão nacional dos arquivos”. Relativamente aos encargos, o art.º 9 estabelece que (...) são da responsabilidade da instituição remetente, ficando os encargos relativos à desinfestação dos mesmos sob responsabilidade da entidade recetora dos arquivos.

Relativamente aos prazos para as incorporações - art.º 6.º do diploma referido, é fixado o prazo máximo de 30 anos após a produção da documentação e a periodicidade máxima de 10 anos para a incorporação dos arquivos a que se referem as alíneas a) e b) do n.º 1 dos artigos 3.º e 4.º, sem prejuízo dos já estabelecidos por lei e dos que forem definidos nas portarias referidas no artigo 8.º do presente diploma, tendo em conta os prazos mais longos consignados nas tabelas de seleção anexas às referidas portarias.

O prazo de incorporação para a documentação de conservação permanente produzida pelas entidades públicas, Cartórios Notariais, Registos Cíveis/Paroquiais,

Tribunais, varia consoante o limite máximo do prazo de conservação administrativa estabelecida em diploma específico.

Assim o Código do Registo Civil, descreve no seu artº 15º- Transferência de livros:

1. Os livros cujos registos tenham sido objeto de informatização são transferidos para a entidade responsável pelos arquivos nacionais. (arquivos distritais)

2. O disposto no número anterior é aplicável aos livros de registo relativamente aos quais tenham decorrido, à data do último assento: a) Mais de 30 anos, quanto aos livros de assentos de óbito; b) Mais de 50 anos, quanto aos livros de assentos de casamentos; c) Mais de 100 anos, quanto aos restantes livros de assentos.
3. O disposto no número anterior é aplicável aos documentos que tenham servido de base aos assentos nele referidos.

O Código do Notariado, no artº 34º (Transferência de livros e documentos para outros arquivos), refere que:

1. Os livros e documentos dos cartórios não podem ser transferidos para outros arquivos antes de decorridos 30 anos, a contar da sua conclusão ou inventariação.
2. Decorrido o prazo de 30 anos, os livros e documentos podem ser transferidos para os Arquivos Nacionais/Torre do Tombo e para as bibliotecas do Estado e Arquivos Distritais, nos termos das disposições legais aplicáveis.
3. A transferência é feita de cinco em cinco anos.
4. O tempo de permanência mínima dos livros e documentos nos cartórios notariais pode ser ampliado ou reduzido, pela Direcção-Geral dos Registos e do Notariado, mas nunca pode ser inferior a 10 anos. No Decreto-Lei n.º 250/96¹⁷⁰, art.º 5º os livros de sinais devem ser transferidos para os Arquivos Nacionais/Torre do Tombo e para as bibliotecas do Estado e arquivos distritais nos termos a fixar por despacho do diretor-geral dos Registos e Notariado.

Com a publicação da Lei Orgânica da DGLAB, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 103/2012, de 16 de maio, os AD mantêm a obrigatoriedade da incorporação dos documentos produzidos pelas Conservatórias do Registo civil, pelos Cartórios Notariais e pelos Tribunais na área do Distrito em que se inserem. Para finalizar, resta referir um aspeto que não se encontra explícito na legislação que implementa o PRACE. Relaciona-se com a privatização de funções do Estado, facto que levanta problemas relacionados com o acesso à documentação produzida por entidades privadas que exercem atividades públicas. Assim a questão que se coloca é como é que se processa a incorporação desta documentação e em que local? Questão para a qual não temos resposta, mas que será de interesse investigar num trabalho futuro.

De salientar que no decreto-lei de 5 de abril de 1983, já mencionado, é legislada uma nova competência, referente à função de difusão, como vertente cultural na realidade portuguesa, na sua alínea m) “(...) Organizar atividades culturais, como visitas guiadas, conferências e exposições, de colaboração com as delegações regionais do Ministério da Cultura e Coordenação Científica e com os órgãos do poder local;¹⁷¹” bem como na alínea l) Reunir as publicações oficiais do respetivo distrito.

¹⁷⁰ Altera o Código do Notariado (aprovado pelo Decreto-Lei n.º 207/95, de 14 de agosto) e procede à abolição dos reconhecimentos notariais de letra e de assinatura, ou só de assinatura, feitos por semelhança e sem menções especiais.

¹⁷¹ PORTUGAL. Leis, decretos, DECRETO-LEI n.º 149/83. Diário da República I Série. 78 (5 de Abril de 1983). Regime jurídico dos Arquivos Distritais e das Bibliotecas. p. 1151.

Verificamos que, em 2007, estas funções foram reenquadradas no âmbito da fruição do património documental, conforme competências dos Arquivos Distritais fixadas pelo Despacho n.º 18834/2007, de 22 de junho, nomeadamente a de (...) Promover o conhecimento e a fruição do património arquivístico de que é depositário, bem como do existente na respetiva área geográfica de intervenção, autonomamente ou em colaboração com outras entidades.

Nesse mesmo Despacho n.º 18 834/2007, de 22 de junho e já depois da implementação do PRACE, o Diretor-Geral de Arquivos determina como principais competências dos ADs a incorporação, preservação, inventariação, catalogação e difusão do património documental pertencente a cada Distrito, destacando os seguintes objetivos estratégicos e operacionais: (...)

- a) Proceder ao levantamento e diagnóstico do estado físico da documentação de que são depositários e assegurar a implementação das políticas de preservação e conservação definidas pela DGARQ;
- b) Contribuir para a consolidação da rede de arquivos cooperantes, prestando serviços de consultoria e apoio técnico aos serviços centrais da DGARQ; na gestão de programas e na promoção de iniciativas e projetos, na respetiva área geográfica de intervenção;
- c) Contribuir para a preservação do património arquivístico, assegurando a incorporação dos fundos documentais, definidos na legislação em vigor;
- d) Ampliar a disponibilidade e a acessibilidade à informação de arquivo, implementando sistemas de descrição, instrumentos de pesquisa e acesso aos documentos de acordo com as orientações da DGARQ;
- e) Incrementar a qualidade e produtividade do serviço, aumentando a capacidade de resposta a pedidos de serviço;
- f) Efectuar averbamentos sobre documentação incorporada, quando solicitada pelas entidades competentes;
- g) Assegurar a prestação de serviços de consulta, de reprodução, de certificação e de pesquisa sobre a documentação de que são depositários;
- h) Promover a diversificação de públicos, realizando actividades culturais e educativas.
- i) Garantir o cumprimento da legislação sobre comunicabilidade e sobre protecção de dados no acesso à documentação de que é depositário;
- j) Promover o conhecimento e a fruição do património arquivístico de que é depositário, bem como do existente na respetiva área geográfica de intervenção, autonomamente ou em colaboração com outras entidades;
- k) Caracterização dos fundos.

Pode assim observar-se que objetivos estratégicos e operacionais definidos para os ADs, provêm ainda de uma perspetiva custodial, valorizando os aspetos relativos à preservação e conservação e respetivas normas legais, salientando-se no entanto que aspetos relacionados com a divulgação e a conquista de novos utilizadores, através por exemplo da promoção da diversificação de públicos “realizando atividades culturais e educativas” e do “promover o conhecimento e a fruição do património arquivístico, são já

objetivos estipulados por lei e que correspondem a um avanço relativamente à perspetiva custodial, indicando precisamente a fase de transição que apontamos existir no âmbito das novas funções e objetivos dos ADs.

Terminada esta caracterização da evolução dos objetivos e funções dos ADs iremos de seguida realizar uma breve descrição sobre a documentação custodiada por estes, dando alguns exemplos dentro de cada fundo, já que é bastante diversificada.

Salienta-se que esta documentação está organizada da mesma forma nos AD estudados:

1. Fundos da administração central, constituídos, entre outros, pela documentação pertencente aos Governos civis, Repartições de Finanças, Junta Autónoma de Estradas, Região Militar, Provedorias, Caixa Sindical de Previdência do Comércio, Exportação de Vinhos do Norte de Portugal, Instituto de Apoio ao Retorno dos Nacionais Provedorias da Comarca, etc.
2. Fundos da Administração Central Desconcentrada, constituídos por documentação, entre outra, do Conselho Nacional de Agricultura, Conservatória do Registo Predial; Direcção Geral dos Serviços Pecuário; Alfândegas, Direcção Regional do Ambiente e do Ordenamento do Território-Norte etc.
3. Fundos da Administração Local, documentação proveniente, entre outra, das Câmaras Municipais; Junta de Freguesias;
4. Fundos Associativos, constituídos pela documentação proveniente de associações como, por exemplo, Associação de Amizade Portugal - República Popular de Angola;
5. Fundos das Confrarias, documentação proveniente de, por exemplo, Irmandade dos Clérigos Seculares de Nossa Senhora da Assunção, São Pedro Ad Vincula e São Filipe Neri, Confraria de São Vicente e Nossa Senhora da Saúde; Real Recolhimento da Rainha Santa Isabel do Anjo – Porto;
6. Fundos Diocesanos constituídos por, entre outros, Cabido da Sé do Porto, Cartório do Chantrado, Cúria Diocesana do Porto, Mitra da Sé do Porto;
7. Fundos Notariais: Cartórios notariais;
8. Fundos Eclesiásticos: Tribunal da Legacia;
9. Fundos Empresariais: Bancos, Fábricas, Restaurantes;
10. Fundos Familiares: Casa do Infantado, Visconde de Alcobaça, Casa Agrícola Bento Rodrigues de Sousa;
11. Fundos Pessoais: João Allen;
12. Fundos Judiciais: Juízos de Paz, Tribunal da Comarca;
13. Fundos Monásticos: Comendas, Congregações, Conventos, Colégios;
14. Fundos Paroquiais: Paróquias;
15. Coleções: Coleção de fragmentos de antifonários e de outros códices litúrgicos; Coleção de livros transferidos da Biblioteca Pública Municipal do Porto;
16. Coleção de fundos provenientes da Comissão Auxiliar de Administração dos Antigos Bens Culturais.

05 Conclusão

Podemos assim afirmar que os ADs têm missão prioritária preservar e valorizar o património arquivístico de interesse histórico, apoiar tecnicamente a organização de arquivos públicos e privados e promover a divulgação cultural e educativa no âmbito dos arquivos.

Do mesmo modo, cabe-lhes atuar enquanto recurso probatório e informativo da atividade administrativa, assim como guardiões da memória coletiva e individual, democratizando e simplificando o contacto do público com os documentos históricos, quebrando barreiras culturais, sociais e geográficas ao seu acesso, instituindo-se como fator de cidadania e afirmando-se como pólo do conhecimento da história e da cultura, e estimulando práticas renovadas de investigação científica.

Uma outra área de intervenção é a da extensão cultural e educativa, promovendo eventos, exposições, colóquios, conferências, visitas guiadas, etc., e incentivando o diálogo e a participação de todos os agentes da ação educativa, nomeadamente os estabelecimentos de ensino secundário e superior. Esta última área apresenta-se como uma evolução relativamente aos objetivos tradicionais dos ADs no sentido em que representa o colocar do utilizador numa posição de maior destaque relativamente aos objetivos dos arquivos, tal como defendemos no âmbito das mudanças paradigmáticas que explicitamos neste trabalho.

No âmbito deste estudo tornou-se igualmente patente que as atuais reformas da Administração Pública, no sentido da otimização de recursos e de uma reorganização administrativa, designadamente os programas PRACE e PREMAC, se refletem igualmente em alterações ao nível das funções e responsabilidades dos ADs. Neste sentido, estas reformas em curso vêm trazer alguma incerteza e preocupação, obrigando a uma postura proactiva e crítica dos profissionais dos ADs, procurando preservar a qualidade do funcionamento dos serviços de arquivo e da transparência dos seus procedimentos, no sentido da manutenção do seu papel como guardiões da memória coletiva assim como de permitir um acesso livre e democrático a todos os cidadãos à informação que custodiam.

Consideramos igualmente de grande importância, no momento presente, o desenvolvimento de trabalhos e estudos dedicados à adaptação e reorganização dos ADs, no âmbito das reformas e das novas políticas para a Administração Pública, procurando encontrar soluções que possam responder quer aos objetivos de otimização de recursos e reorganização administrativa destas reformas, quer aos papéis e missões dos ADs, no âmbito do novo paradigma pós-custodial e da nova perspetiva de Mediação da Informação nos ADs. A articulação das reformas do Estado com os objetivos e missão dos ADs, procurando a manutenção do seu papel de preservação da identidade cultural de um povo e do real acesso livre e democrático à informação custodiada representa de facto hoje, no nosso entender, um desafio ao qual futuros trabalhos de investigação poderão dar um contributo essencial.

Verificamos neste trabalho que os ADs possuem funções mediadoras de comunicação no espaço social, com estratégias comunicacionais específicas e por isso com funções de mediação institucionais, mas que se estão a transformar e a coexistir com um novo tipo de mediação emergente – deslocalizada ou dispersa (na Internet, em redes conexas), institucional, coletiva, grupal, pessoal e até anónima, interativa e colaborativa. Entre estes traços caracterizadores, realçamos a interação e os processos colaborativos, sociais, de participação cívica, espontânea e militante, que evoluíram, claramente, no sentido de chamar os utilizadores, preferencialmente “born digital” ou “digital nativos” a uma participação ativa ou em rede.

Pudemos ainda verificar e defender, que para se atingir uma plena valorização da informação como fenómeno humano e social, é necessário intervir na educação, na colaboração e nas formas de interação com os utilizadores, proporcionando assim a promoção de literacias e meios para o acesso à informação. Seja de âmbito regional ou global, o conhecimento das necessidades específicas dos utilizadores e dos profissionais da informação, reside na herança do património informacional. Como tal, as necessidades de multi-mediações, tornaram-se para nós evidentes, no sentido em que implicam um maior inter-relacionamento com os profissionais e com as formas de pesquisa, exigências trazidas também pelas novas competências técnicas de manuseamento das TIC.

Entendemos igualmente que para os ADs terem a capacidade de responder aos desafios de mediação atuais tal como defendemos, se torna necessário rever a legislação relativa ao acesso à informação nos ADs, rever prazos, condições de incorporação da informação bem como rever funções e procedimentos relativos aos serviços de referência/mediação e funções de difusão/extensão educativa, em âmbitos tradicional e/ou digital e, acima de tudo, realizar uma mediação explícita e colaborativa com todos os intervenientes, acompanhado as reformas da Administração Pública, entendendo a fase de transição, urgente, contínua e pós- custodial, em que situamos os ADs.

Referências Bibliográficas

- [1] ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo Francisco de; BORTOLIN, Sueli (2007) – Mediação da Informação e da Leitura [em linha]. II Seminário em Ciência da Informação. Londrina: UEL. [Cons. 01 fev. 2013]. Disponível em WWW:<URL:http://eprints.rclis.org/13269/1/MEDIA%C3%87%C3%83O_DA_INFORMA%C3%87%C3%83O_E_DA_LEITURA.pdf>.
- [2] ANTONIO, Deise; MORAES, João Batista Ernesto de (2008) – O profissional da informação na sociedade do conhecimento: aspetos e proposta para a sua atuação na mediação da informação. Ibersid. [em linha]. Vol. 2, p.319-323. ISSN 1888-0967. [Cons. 16 fev. 2013]. Disponível em WWW:<URL:<http://ibersid.eu/ojs/index.php/ibersid/article/view/2257/2017>>.
- [3] ALVES, Ivone [et al.] (1993) – Dicionário de terminologia arquivística. Lisboa: Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro.
- [4] ANDRADE, Ricardo Sodré; SILVA, Rubens R. G. (2012) – Uma nova geração de instrumentos arquivísticos de referência a publicação dos produtos das descrições arquivísticas em meio eletrónico [em linha]. [Cons. 20 mar. 2012]. Disponível em WWW: <URL:http://ricardo.arquivista.net/wp-content/uploads/2008/10/3cna-ricardoandrade_01.pdf>.
- [5] ARQUIVO NACIONAL TORRE TOMBO (2012) - Serviços [em linha]. [Cons. 03 out. 2012]. Disponível em WWW:<URL:<http://antt.dglab.gov.pt/servicos/leitura-e-referencia/>>.
- [6] Arquivo Distrital do Porto (1993) - Guia do Arquivo Distrital do Porto : Uma experiência de tratamento documental – 1990/92. Porto: Arquivo Distrital do Porto. [em linha]. [Cons. 23 mar. 2012]. Disponível em WW:<URL:<http://adp.dglab.gov.pt/>>.
- [7] Arquivo Distrital de Aveiro [em linha]. [Cons. 23 fev. 2012]. Disponível em WWW:<URL:<http://adavr.dglab.gov.pt/>>.
- [8] Arquivo Distrital de Bragança [em linha]. [Cons. 23 fev. 2012]. Disponível em WWW:<URL:<http://adbgc.dglab.gov.pt/>>.
- [9] Arquivo Distrital de Beja – [em linha]. [Cons. 23 fev. 2012]. Disponível em WWW:<URL:<http://adbja.dglab.gov.pt/>>.
- [10] Arquivo Distrital de Braga – [em linha]. [Cons. 23 fev. 2012]. Disponível em WWW:<URL:<http://www.adb.uminho.pt/>>.
- [11] Arquivo Distrital de Setúbal – [em linha]. [Cons. 23 fev. 2012]. Disponível em WWW:<URL:<http://adstb.dglab.gov.pt/>>.
- [12] Arquivo Distrital de Santarém [em linha]. [Cons. 23 fev. 2012]. Disponível em WWW:<URL:<http://adstr.dglab.gov.pt/>>.
- [13] Arquivo Distrital de Coimbra [em linha]. [Cons. 23 fev. 2012]. Disponível em WWW:<URL:<http://www.uc.pt/auc>>.
- [14] Arquivo Distrital de Faro [em linha]. [Cons. 23 fev. 2012]. Disponível em WWW:<URL:<http://adfaro.algarvedigital.pt/>>.
- [15] Arquivo Distrital de Lisboa [em linha]. [Cons. 23 fev. 2012]. Disponível em WWW:<URL:<http://adlsb.dglab.gov.pt/>>.
- [16] Arquivo Distrital da Madeira [em linha]. [Cons. 23 fev. 2012]. Disponível em WWW:<URL:<http://www.arquivo-madeira.org/index.php>>.
- [17] Arquivo Distrital de Viana do Castelo [em linha]. [Cons. 23 fev. 2012]. Disponível em WWW:<URL:<http://advct.dglab.gov.pt/>>.
- [18] Arquivo Distrital de Guarda [em linha]. [Cons. 23 fev. 2012]. Disponível em WWW:<URL:<http://www.adguarda.pt/>>.

- [19] Arquivo Distrital de Viseu - [em linha]. [Cons. 23 fev. 2012]. Disponível em WWW:<URL:http://www.ad-viseu.com/
- [20] Arquivo Distrital de Évora- [em linha]. [Cons. 23 fev. 2012]. Disponível em WWW: <URL:http://adevr.dglab.gov.pt/>.
- [21] Associação para a Promoção e Desenvolvimento da Sociedade da Informação (APSDI) – Glossário da Sociedade de Informação [em linha]. [Consult. 23 out. 2012]. Disponível em WWW: <URL:http://www.apdsi.pt/main.php?mode=public&template=frontoffice&srvacr=pages_43&id_page=138>.
- [22] BAIÃO, António (1932) – Os Mais antigos índices da Torre do Tombo : regras inéditas para as pesquisas nos livros de Leitura Nova. Anais das Bibliotecas e Arquivos. Lisboa. 2ª Série. 10, p. 22-25.
- [23] BARBEDO, Francisco [et al.] (2008) – Governo electrónico e interoperabilidade, documento metodológico para a elaboração de um esquema de metainformação para a interoperabilidade (MIP) e uma macroestrutura funcional
- [24] (MEF) [em linha]. Lisboa: DGARQ. [Cons. 23 jan. 2012]. Disponível em WWW: <URL:http://www.dgarq.gov.pt/downloads/Governo%20electronico%20e%20interoperabilidade_v1.pdf>.
- [25] BONILLA NAVARRO, Diego (2001) - El servicio de referència archivístico: retos y oportunidades. Revista. Específica. Documental Científica., Vol. 24, n.º 2.p.76.
- [26] DIRECÇÃO GERAL DE ARQUIVOS - Caderno SIADÉ 1 [em linha]. [Cons. 12 out. 2012]. Disponível em WWW: <URL:http://dgarq.gov.pt/files/2008/10/siade_caderno11.pdf>.
- [27] DANTAS, Júlio (1932) – Catálogo colectivo das bibliotecas portuguesas. Anais das Bibliotecas e Arquivos. Lisboa. 10 (37-38).
- [28] DAVALLON, Jean (2007) - A mediação: a comunicação em processo. Prisma.com: Revista de Ciências da Informação e da Comunicação do CETAC [em linha]. Nº 4, p. 3-36. [Cons. 11 fev. 2013]. Disponível em WWW: <URL:http://revistas.ua.pt/index.php/prismacom/article/viewFile/645/pdf>. ISSN 1646-3153.
- [29] DIRECÇÃO GERAL DE ARQUIVOS – História institucional [em linha]. [Consult.10 out. 2011]. Disponível em WWW: <URL:http://dgarq.gov.pt/dgarq/historia- institucional/>.
- [30] DIRECÇÃO GERAL DE LIVROS ARQUIVOS E BIBLIOTECAS – Documentos Técnicos e Normativos [em linha]. [Cons. 12 out. 2013]. Disponível em WWW: <URL:http://arquivos.dglab.gov.pt/servicos/documentos-tecnicos-e-normativos/lista- de-documentos/>.
- [31] FERREIRA, Letícia Elaine; JÚNIOR, Oswaldo Francisco de Almeida (2013) - A mediação da informação no âmbito da arquivística. Perspectivas em Ciência da Informação [em linha]. Vol. 18, nº.1, p.158-167. [Cons. 15 fev. 2013]. Disponível em WWW: <URL:http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/view/1270/1111>. ISSN 1981-5344.
- [32] HENRIQUES, Cecília (2006) – Construindo a nova administração: reflexões de uma arquivista. Cadernos BAD. Lisboa: BAD. 2, p. 6-13. Disponível em WWW: <URL:http://www.apbad.pt/CadernosBAD/Caderno22006/CHenriquesCBAD206.pdf>.
- [33] LACERDA, Silvestre (2001) – Arquivos! Boletim DGARQ. (N.º18 Julho - Setembro 2011) Lisboa: DGARQ. [Cons. 21 Fevereiro 2012]. Disponível em WWW: <URL: http://dgarq.gov.pt/boletim/>.
- [34] LAGE, Maria Otilia Pereira (2002) – Abordar o Património Documental: Territórios, Práticas e Desafios. Guimarães: NEPS. (Cadernos NEPS; n.º 4), p. 14-15.
- [35] LIMA, Maria João Pires de [et al.] (2011) – Arquivos distritais: A perspetiva de uma nova missão?. Cadernos BAD. Vol. 78, n.º 3, p. 78-86.
- [36] LIMA, Maria João Pires de; BARBEDO, Francisco; SOUSA, António; LACERDA, Silvestre (2004) – Arquivo digital: gestão e serviços ao utilizador. In Actas do Congresso Nacional de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas, nº. 8 (2004): Nas encruzilhadas da informação e da cultura: (re)inventar a profissão Estoril, 12, 13 e 14 de Maio de 2004. [Cons. 12 abr. 2013]. Disponível em WWW: <URL:http://www.adporto.pt/ficheiros_a_descarregar/com_adp_8_cong_bad.pdf>.
- [37] LOURENÇO, Alexandra; BARROS, Ana; PENTEADO, Pedro (2010) - Situação dos sistemas de arquivo da Administração Central do Estado – ACE. Questionários 2010. Relatório final. Lisboa: DGARQ,

209. [em linha]. [Cons. 23 jan. 2012].

WWW:<URL: <http://www.apbad.pt/CadernosBAD/Caderno22006/PPenteadoCBAD206.pdf>>.

[38] PENTEADO, Pedro (2013) - Políticas e Programas de valorização da informação arquivística num contexto de reforma do Estado – Disponível em WWW:

<URL: https://www.academia.edu/6284832/Políticas_programas_e_projetos_de_valorizacao_da_informacao_arquivistica_num_contexto_de_reforma_do_Estado> [Consultado em 12 de abril de 2014]

[39] PORTUGAL. Arquivo Nacional (2006) - Arquivos Nacionais: Boletim dos Arquivos Nacionais. N.º 17 (Jul.- Set.). Lisboa: IAN/TT. [Cons. 1 Jul. 2011]. Disponível em WWW:

<URL: http://dgarq.gov.pt/files/2008/10/boltt_02.pdf>.

[40] PORTUGAL. Arquivo Nacional (2011) - Arquivos! Boletim DGARQ. N.º 18 (Julho – Setembro) Lisboa : DGARQ. [Cons. 21 fev. 2012]. Disponível em WWW: <URL: <http://dgarq.gov.pt/boletim/>>.

[41] PORTUGAL. Leis, decretos, etc. - [Decreto de 18 de Março de 1911]. Diário do Governo. Lisboa. 65 (21 Mar. 1911) 1.211.215.

[42] RAU, Virgínia (1953) – Arquivos de Portugal: Lisboa. In Colóquio Internacional de Estudos luso-Brasileiros, Washington, 1950 - Atas. Nashville: The Vanderbiet University Press.

[43] REAL, Manuel Luís (1987) – Gestão do património arquivístico nacional. In Congresso Nacional de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas, 2.º, Coimbra, Disponível em: http://dgarq.gov.pt/files/2011/05/Relatorio_questionarios_ACE_2010_v1.2.pdf.

[44] MEDEIROS, Helena [et. al.] (1998) – Gerir documentos em Portugal: como e para quê?. In Bibliotecas e arquivos na sociedade de informação : estratégias para o século XXI : comunicações de arquivo e sessões conjuntas. Lisboa : BAD. vol. 1, p.145-160.

[45] ORWELL, George (1999)– Mil Novecentos e Oitenta e Quatro. Lisboa: Antígona,. ISBN 972-608-053-3.

[46] PENTEADO, Pedro (2006) – A nova arquitectura da administração central do estado e a política pública de arquivos. Cadernos BAD. N.º 2, p. 14-29. Disponível em

[47] RIBEIRO, Fernanda (2008) – A Inspeção das Bibliotecas e Arquivos e a ideologia do Estado Novo. In TORGAL, Luís Reis; PAULO, Heloísa (Coord.) - Estados autoritários e totalitários e suas representações: propaganda, ideologia, historiografia e memória. Coimbra : Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX da Universidade de Coimbra. ISBN 989-8074-53-9. p. 223-237. [Cons. 12 mar. 2013]. Disponível em WWW:<URL: <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/5136.pdf>>.

[48] RIBEIRO, Fernanda (1996) – Indexação e Controlo de Autoridade em Arquivos. Câmara Municipal do Porto: Porto. ISBN 972-605-041-3

[49] RIBEIRO, Fernanda (1998) – O Acesso à informação nos arquivos: [em linha]. Porto: Universidade do Porto. Tese de Doutoramento. [Cons. 18-01-2012]. Disponível em WWW: < <http://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/7058/3/fribeirovol01000061435.pdf>

[50] RIBEIRO, Fernanda (1998) – O Acesso à informação nos arquivos: [em linha].

[51] Porto: Universidade do Porto. Tese de Doutoramento. [Cons. 18-01-2012]. Vol.1. Disponível em WWW:< <http://repositorioaberto.up.pt/bitstream/10216/7058/3/fribeirovol01000061435.pdf>

[52] RIBEIRO, Fernanda (2008) – Para o estudo do paradigma patrimonialista e custodial: a Inspeção das Bibliotecas e Arquivos e o contributo de António Ferrão (1887-1965). Porto: CETAC – Centro de Estudos das Tecnologias e Ciências da Comunicação; Edições Afrontamento. ISBN 978-972-36-0948-6.

[53] SABÓIA, João (2011) - A Rede de Arquivos do Algarve: Sistemas de Gestão Integrada da Informação. In Actas II Encontro de Arquivos do Algarve [em linha].

[54] Portimão, 20 a 21 de Maio de 2011. [Cons. 11 jun. 2013]. Disponível da Internet em :<URL: <http://www.cm-viladobispo.pt/NR/rdonlyres/C974A634-B913-4F3E-9667-1369B22AADED/0/AtasdoIIEncontrodeArquivosdoAlgarve.pdf>>.

[55] SANTOS, Paulo José de Oliveira (2009) – As atribuições das Secretárias- gerais dos Ministérios no âmbito da gestão documental [em linha]. Lisboa : Universidade de Lisboa. Dissertação de Mestrado. [Cons. 8 nov. 2012]. Disponível em WWW:<URL: http://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/491/1/19049_ulfl065627_tm.pdf>.

- [56] SILVA, Armando Malheiro da (2010) - Mediações e mediadores em Ciência da Informação. Prisma.com [em linha]. N.º 9, p.1-37. [Cons. 03-01-2013]. Disponível em WWW:<URL:http://revistas.ua.pt/index.php/prismacom/article/view/700/pdf>. ISSN 1646 – 3153.
- [57] SILVA, Armando Malheiro da (2000) – A gestão da informação arquivística e suas repercussões na produção do conhecimento científico [em linha]. Seminário Internacional de Arquivos de Tradição Ibérica. Rio de Janeiro: CONARQ: Conselho Nacional de Arquivos e ALA - Asociacion Latinoamericana de Archivos. [Cons. 04 fev. 2013]. Disponível em WWW:<URL:http://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/22537/2/armandomalheirogestao000091469.pdf>.
- [58] SOUSA, Fátima (2012) – Políticas Para a Gestão de Informação Arquivística: Os Arquivos Centrais da Administração Pública dos Açores [em linha]. Lisboa : Universidade de Lisboa. Dissertação de Mestrado. [Consult.8 de out. 2013]. Disponível em WWW:<URL:http://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/491/1/19049_ulfl065627_tm.pdf>.
- [59] SOUSA, Sandra Paula Fernandes Almeida (2011) – Preservação digital nos Arquivos Distritais Portugueses. Braga: Faculdade de Filosofia da Universidade católica Portuguesa. Tese de Mestrado. [Cons. 10 jun. 2013]. Disponível em WWW: <URL:http://repositorio.ucp.pt/bitstream/10400.14/8862/1/ciD-SandraSousa-Out- 11.pd>.

LEGISLAÇÃO E NORMAS

- [1] CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA PORTUGUESA. D.R. I Série. 86 (1976 abr.10) 738-775. [em linha]. [Cons. 23 de janeiro de 2013]. Disponível em WWW:<URL:http://dre.pt/pdfgratis/1976/04/08600.pdf>
- [2] DECRETO-LEI n.º 106-G/92. D.R. suplemento I-A Série. 126 (1992 jun. 01) 39- 45. Disponível em WWW : URL:http://dre.pt/pdf1sdip/1992/06/126A01/00390045.pdf. Aprova a Lei Orgânica dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo. Diploma não vigente.
- [3] DECRETO-LEI n.º 121/92. D.R. I-A Série. 150 (1992 set. 02). 3146-3147; Disponível em WWW : <URL:http://dre.pt/pdf1sdip/1992/07/150A00/31463147.pdf.> Estabelece os princípios de gestão de documentos relativos a recursos humanos, recursos financeiros e recursos patrimoniais dos serviços da administração directa e indirecta do Estado.
- [4] DECRETO-LEI n.º 135/99. D.R. I-A Série. 94 (1999 abr. 22) 2126-2135. Disponível em WWW : <URL:http://dre.pt/pdf1sdip/1999/04/094A00/21262135.pdf.> Define os princípios gerais de acção a que devem obedecer os serviços e organismos da Administração Pública na sua actuação face ao cidadão, bem como reúne de uma forma sistematizada as normas vigentes no contexto da modernização administrativa.
- [5] DECRETO-LEI n.º 149/83. Diário da República I Série. 78 (5 de abril de 1983). Regime jurídico dos Arquivos Distritais e das Bibliotecas. p. 1151
- [6] DECRETO-LEI n.º 16/93. D.R. I-A Série. 19 (1993-01-23) 264-270. Disponível em WWW : URL:http://dre.pt/pdf1sdip/1993/01/019A00/02640270.pdf. Estabelece o regime geral dos arquivos e do património arquivístico.
- [7] DECRETO-LEI n.º 166-A/99. D.R. I-A Série suplemento 111 (1999 maio 13) 2-Disponível em WWW : <URL:http://dre.pt/pdf1sdip/1999/05/111A01/00020006.pdf.> Cria o Sistema de Qualidade em Serviços Públicos (SQSP).
- [8] DECRETO-LEI n.º 200/2006. D. R. I Série. 206 (2006 out. 25) 7389-7393. Disponível na internet em:<URL:http://dre.pt/pdf1sdip/2006/10/20600/73897393.pdf.> Estabelece o regime geral de extinção, fusão e reestruturação de serviços públicos e de racionalização de efectivos.
- [9] DECRETO-LEI n.º 215/2006. D. R. I Série. 208 (2006 out. 27) 7539-7548. Disponível na internet em:<URL:http://dre.pt/pdf1sdip/2006/10/20800/75397548.pdf.> Aprova a Lei Orgânica do Ministério da Cultura. Diploma não vigente.
- [10] DECRETO-LEI n.º 29/72. D.R. I Série. 19 (1972-01-24) 93-94. Disponível na internet em:<URL:http://dre.pt/pdf1sdip/1972/01/01900/00930094.pdf.> Torna extensivo à generalidade dos serviços de natureza pública, estabelecendo as normas para a sua uniformização, o uso da microfilmagem dos documentos em arquivo, com a consequente inutilização dos respectivos originais. Diploma não vigente.

- [11] DECRETO-LEI n.º 302/99. D.R. I-A Série. 182 (1999 ag. 06) 5080-5084. Disponível em WWW : <URL:<http://dre.pt/pdf1sdip/1999/08/182A00/50805084.pdf>>. Aprova a Lei Orgânica do Instituto para a Gestão das Lojas do cidadão. Diploma não vigente.
- [12] DECRETO-LEI n.º 442/91. D.R. I-A Série. 263 (1991 nov. 15) 5852-5871. Disponível na internet em:URL:<http://dre.pt/pdf1sdip/1991/11/263A00/58525871.pdf>>. Aprova o Código do Procedimento Administrativo que veio regular os procedimentos da administração perante os cidadãos.
- [13] DECRETO-LEI n.º 447/88. D.R. I Série. 284 (1988 dez. 10) 4885. Disponível na internet em:URL:<http://dre.pt/pdf1sdip/1988/12/28400/48854885.pdf>>. Regula a pré-arquivagem de documentação.
- [14] DECRETO-LEI n.º 60/97. D.R. I-A Série. 67 (1997 mar. 20) 1276-1283. Disponível em WWW : <URL:<http://dre.pt/pdf1sdip/1997/03/067A00/12761283.pdf>> Aprova a orgânica do Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo, do Ministério da Cultura. Diploma não vigente.
- [15] DECRETO-LEI n.º 93/2007. D. R. I Série. 63 (2007 mar. 29) 1913-1916. Disponível na internet em:<URL:<http://dre.pt/pdf1sdip/2007/03/06300/19131916.pdf>>. Aprova a orgânica da Direcção-Geral de Arquivos.
- [16] DECRETO-LEI n.º 152/88, de 29 de Abril, retirando ao Instituto Português do Património Cultural as suas competências em matéria arquivística.
- [17] DECRETO-LEI n.º 93/2007, de Março. [em linha]. [Consulta 28 Março 2012]., Disponível em WWW : <URL:http://antt.dgarq.gov.pt/files/2008/10/93_2007.pdf>.
- [18] DECRETO-LEI n.º 152/88. D.R. I Série. 99 (1988 abr. 29) 1710-1717. Disponível em WWW : <URL:<http://dre.pt/pdf1sdip/1988/04/09900/17101717.pdf>>. Cria o Instituto Português de Arquivos (IPA). Diploma não vigente.
- [19] DECRETO-LEI n.º 424/85. D. R. I Série. 243 (1985 out. 22) 3492-3496. Disponível em WWW : <URL:<http://dre.pt/pdf1sdip/1985/10/24300/34923496.pdf>>. Aprova a Lei Orgânica do Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Diploma não vigente.
- [20] DECRETO-LEI n.º 13/85. D.R. I Série. 153 (1985 set. 06) 1865-1874. Disponível na internet em:<URL:<http://dre.pt/pdf1sdip/1985/07/15300/18651874.pdf>>. Define o património cultural português.
- [21] DECRETO-LEI n.º 65/93. D.R. I-A Série. 200 (1993 ag. 26) 4524-4527. Disponível na internet em:<URL:<http://dre.pt/pdf1sdip/1993/08/200A00/45244527.pdf>>. Regula o acesso aos documentos da Administração. Diploma não vigente.
- [22] DECRETO-LEI n.º 4/2004. D.R. I-A Série.12 (2004-01-15) 311-317. Disponível na internet em :<URL:<http://dre.pt/pdf1sdip/2004/01/012A00/03110317.pdf>>. Estabelece os princípios e normas a que deve obedecer a organização da administração direta do Estado.
- [23] DECRETO-LEI n.º 46/2007. D.R. I Série. 163 (2007 ag. 24) 5680-5687. Disponível em WWW : <URL:<http://dre.pt/pdf1sdip/2007/08/16300/0568005687.pdf>>. Regula o acesso aos documentos administrativos e a sua reutilização, revoga, esta primeira, Lei n.º 95/93, de 26 de Agosto, com a redação introduzida pelas Lei n.os 8/95, de 29 de Março, e 94/99, de 16 de Julho, e transpõe para a ordem jurídica nacional a Diretiva n.º 2003/798/CE, do Parlamento e do Conselho, de 17 de Novembro, relativa à reutilização de informações do sector público.
- [24] LEI CONSTITUCIONAL n.º 1/2005. D.R. I-A Série. 155 (2005 ag. 12). Disponível em WWW:<URL:<http://www.dre.pt/util/pdfs/files/crp.pdf>>. Constituição da República Portuguesa.
- [25] Lei Orgânica da DGLAB - Direcção-Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas (Dec-Lei n.º 103/2012, de 16 de Maio), a DGARQ.
- [26] Portaria n.º 1003/99, de 10 de Novembro, em formato Excel.; Desinfecção da documentação de acordo com o previsto no n.º 3, do art.º 8.º, do Decreto-Lei n.º 47/2004, de 3 de Março.
- [27] Portaria n.º 192/2012 de 19 de Junho, e o Despacho n.º 9339/2012 de 11 de Julho.
- [28] Portaria n.º 394/2007 de 30 de Março - Fixa o número máximo de unidades orgânicas flexíveis da Direcção Geral de Arquivos.
- [29] Regulamento (CE) n.º 1059/2003 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de Maio de 2003.

- [30] Resolução 217 A (III) da Assembleia-Geral das Nações Unidas a 10 de Dezembro de 1948. Acessível em <http://dre.pt/comum/html/legis/dudh.html#9>
- [31] RESOLUÇÃO DO CONSELHO DE MINISTROS n.º 107/2003. D.R. Série I-B. 185 (2003 ag. 12) 4794-4832. Disponível em WWW : <URL:<http://dre.pt/pdf1sdip/2003/08/185B00/47944832.pdf>>. Aprova o Plano de Ação para a Sociedade da Informação, principal instrumento de coordenação estratégica e operacional das políticas do XV Governo Constitucional para o desenvolvimento da sociedade da informação em Portugal.
- [32] RESOLUÇÃO DO CONSELHO DE MINISTROS n.º 108/2003. D.R. I-B Série.185 (2003 ag. 12) 4833-4851. Aprova o Plano de ação para o governo electrónico. Disponível em WWW <URL:<http://dre.pt/pdf1sdip/2003/08/185B00/48334851.pdf>>.
- [33] RESOLUÇÃO DO CONSELHO DE MINISTROS n.º 110/2000. D.R I-B Série.193 (2000 ag. 22) 4219-4222. Disponível em WWW : <URL:<http://dre.pt/pdf1sdip/2000/08/193B00/42194222.pdf>>. Aprova a Iniciativa Internet e adota o respectivo plano de acção. Diploma não vigente.
- [34] RESOLUÇÃO DO CONSELHO DE MINISTROS n.º 124/2005. D.R. I-B Série. 149 (2005 ag. 04) 4502-4504. Disponível em WWW : <URL:<http://dre.pt/pdf1sdip/2005/08/149B00/45024504.pdf>>. Determina a reestruturação da administração central do Estado, estabelecendo os seus objectivos, princípios, programas e metodologia.
- [35] RESOLUÇÃO DO CONSELHO DE MINISTROS n.º 176/97. D.R. I-B Série. 244 (1997 out. 21) 5688-5689. Disponível em WWW : <URL:<http://dre.pt/pdf1sdip/1997/10/244B00/56885689.pdf>>. Cria uma estrutura de projecto para implantação dos serviços de atendimento ao cidadão. Diploma não vigente.
- [36] RESOLUÇÃO DO CONSELHO DE MINISTROS n.º 18/91. D.R. I-B Série. 124 (1991 maio 31) 2954-2956. Disponível em WWW : <URL:<http://dre.pt/pdf1sdip/1991/05/124B00/29542956.pdf>>. Cria um sistema interdepartamental da informação aos utentes dos serviços públicos, denominado “INFOciD”.
- [37] RESOLUÇÃO DO CONSELHO DE MINISTROS n.º 18/93. D.R. I-B Série. 64 (1993 mar. 17) 1272-1273. Disponível em WWW : <URL:<http://dre.pt/pdf1sdip/1993/03/064B00/12721273.pdf>>. Aprova a Carta Deontológica do Serviço Público. Diploma não vigente.
- [38] RESOLUÇÃO DO CONSELHO DE MINISTROS n.º 39/2006. D.R. I-B Série. 79 (2006 abr. 21) 2834-2866. Disponível em WWW : <URL:<http://dre.pt/pdf1sdip/2006/04/079B00/28342866.pdf>>. Aprova o Programa para a Reestruturação da Administração Central do Estado.
- [39] RESOLUÇÃO DO CONSELHO DE MINISTROS n.º 53/2004. D.R. I-B Série. 94 (2004 abr. 21) 2388-2426. Disponível em WWW : <URL:<http://dre.pt/pdf1sdip/2004/04/094B00/23882426.pdf>>. Aprova a operacionalização da reforma da Administração Pública, áreas de atuação e metodologias de aplicação.
- [40] RESOLUÇÃO DO CONSELHO DE MINISTROS n.º 95/2003. D.R. I-B Série. 174 (2003 set. 30) 4474-4476. Disponível em WWW : <URL:<http://dre.pt/pdf1sdip/2003/07/174B00/44744476.pdf>>. Aprova as linhas de orientação da reforma da Administração Pública.
- [41] Resolução do Conselho de Ministros nº 95/2003 D.R. I-B Série. 174 (30 set. 2005). Disponível em WWW : <URL: <http://www.dre.pt/pdfgratis/2003/07/174B00.pdf>> Aprova as linhas de orientação da reforma da Administração Pública.
- [42] Regulamento (CE) n. o 105/2007 da Comissão, de 1 de Fevereiro de 2007 , que altera os anexos do Regulamento (CE) n. o 1059/2003 do Parlamento Europeu e do Conselho relativo à instituição de uma Nomenclatura Comum das Unidades Territoriais Estatísticas (NUTS).
- [43] NP 4438 – 1; 2. 2005, Informação e Documentação: Gestão de documentos de Arquivo. Lisboa: IPQ.

www.poisson.com.br
contato@poisson.com.br

@editorapoisson



<https://www.facebook.com/editorapoisson>

